



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Reformas Liberais e Desenvolvimento Dualista:
A Índia na Era da Desigualdade

Rodrigo Galvão Pinho Lins

Recife

2016

RODRIGO GALVÃO PINHO LINS

**Reformas Liberais e Desenvolvimento Dualista:
A Índia na Era da Desigualdade**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade
Federal de Pernambuco, sob orientação
do Prof. Dr. Marcos Costa Lima.

**Recife
2016**

L759r Lins, Rodrigo Galvão Pinho.
Reformas liberais e desenvolvimento dualista : a Índia na era da desigualdade / Rodrigo Galvão Pinho Lins. – 2016.
86 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2016.
Inclui Referências e Apêndices.

1. Ciência Política. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Índia. 4. Liberalismo – Reforma. I. Lima, Marcos Ferreira da Costa. II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2016-124)

Aos meus pais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Marcos Costa Lima, por ser um exemplo de que o esforço para compreender o mundo como um todo – e não apenas algumas partes favorecidas – não só é válido, mas necessário. Agradeço também pela paciência e pelo zelo que teve durante todo o processo de orientação.

A importância do grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política – coordenado pelos professores Dr. Dalson Britto e Dr. Enivaldo Rocha – é enorme. Graças ao nosso convívio diário, na sala que está sempre aberta aos discentes, percebo que sou um pesquisador melhor. Ainda mais importante: percebo que há um espaço enorme para melhorar e sei que poderei seguir contanto com todos. Agradeço especialmente à cientista política Amanda Domingos, cuja ajuda foi essencial para eu ter um banco de dados em tempo hábil para a elaboração desta dissertação.

Finalmente, gostaria de agradecer ao meu núcleo familiar. Aos meus pais, José e Sandra, por serem a base que são para os seus três filhos. Aos meus irmãos, Gabriela e Júnior, por dividirem suas vidas comigo. E à minha noiva, Lorena, que por escolha própria decidiu ser minha melhor metade. Por perceber o esforço que ambos precisamos fazer para que eu obtenha sucesso na carreira que escolhi e, ainda assim, não recuar nunca.

Por fim, também gostaria de agradecer ao CNPq por financiar meus estudos durante o mestrado. Isso permitiu que eu focasse todos os meus esforços na direção de uma boa formação.

“Se não existe uma única resposta certa em economia, então não podemos deixá-la apenas para os especialistas. Isso significa que todo cidadão responsável precisa aprender um pouco sobre economia”

Ha-Joon Chang (2015)

“Explaining world inequality still needs economics to understand how different types of policies and social arrangements affect economic incentive and behavior. But it also needs politics”

Daron Acemoglu e James A. Robinson (2012)

“A fim de explicar o papel do governo na economia, seja num nível normativo, seja num nível positivo, os economistas devem levar em conta a constituição política da sociedade; portanto, a economia e a política devem se fundir numa teoria unificada de ação social”

Anthony Downs (1957)

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo comparar o desenvolvimento socioeconômico da Índia entre os períodos pré- e pós-reforma econômica. Para tanto, primeiro é feita uma revisão da literatura sobre as teorias do desenvolvimento econômico. Em seguida, fazemos uma análise histórica da economia do país, partindo do período colonial até a época das reformas. Finalmente, fazemos nossa análise empírica, apontando a diferença de média das variáveis de interesse entre os anos de 1980 e 2001. Metodologicamente, faremos uso de análise histórica, revisão de literatura, estatística descritiva, correlação de Pearson (r) e teste-t para amostras emparelhadas. Os resultados indicam que no período pós-reforma houve melhora nos índices econômicos, mas tais melhoras não foram refletidas nos indicadores sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; reformas liberais; Índia.

Abstract

This dissertation aims to compare the socio-economic development of India between the pre- and post-economic reform. To do so, it first made a review of the literature on theories of economic development. Then we do a historical analysis of the economy, starting from the colonial period up to the time of the reforms. Finally, we make our empirical analysis by demonstrating the mean difference of the variables of interest between the years of 1980 to 2001. In terms of methodology, we use historical analyses, literature review, descriptive statistics, Pearson correlation (r) and t-test for paired samples. The results indicate that the post-reform period had an improvement in economic indicators, but these improvements were not reflected in the social indicators.

Keywords: economic development; liberal reforms; India.

Lista de siglas e abreviaturas:

BJP – Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata)

Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BSP – Bahujan Samaj

CMEA – Council for Mutual Economic Assistance

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FED – Federal Reserve Bank

FMI – Fundo Monetário Internacional

MKSS – Organização para o Fortalecimento dos Trabalhadores e Camponeses (Mazdoor Kisan Shakti Sangathan)

OMC – Organização Mundial do Comércio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de figuras:

Figura 1- Mapa da Índia	15
Figura 2 - Parcela do PIB mundial, por país	34
Figura 3 - Composição do PIB por setores (1980-2000).....	45
Figura 4 - Desenvolvimento Econômico Desigual.....	47
Figura 5 - Alfabetizados na Área Urbana (% da população com idade 7+).....	49
Figura 6 - Alfabetizados na Área Rural (% da população com idade 7+).....	50
Figura 7 - Taxa de Alfabetização, por sexo.....	51
Figura 8 - Taxa de Mortalidade Infantil, 1980-2001	53
Figura 9 - Expectativa de Vida, 1980-2001	53
Figura 10 - Prevalência de Anemia em Crianças, 2011 (Sul Asiático)	54
Figura 11 - Prevalência de Anemia em Crianças, 2011 (Brics)	55
Figura 12 - População com acesso a instalações sanitárias melhoradas, 2015 (Sul Asiático)	56
Figura 13 - População com acesso a instalações sanitárias melhoradas, 2015 (Brics)	56
Figura 14 - Mortalidade Infantil, por Área.....	59
Figura 15 - Acesso à escola secundária, por quintil	60
Figura 16 - PIB per capita	61
Figura 17 - Taxa de Crescimento Econômico	62
Figura 18 - Energia per capita consumida.....	63
Figura 19 - Parcela do PIB da Agricultura.....	63
Figura 20 - Parcela do PIB da Indústria	64
Figura 21 - Parcela do PIB de Serviços.....	64
Figura 22 - Parcela da Agricultura na Força de Trabalho	65
Figura 23 - % de renda detido pelo top 1%.....	66
Figura 24 - % de renda detido pelo top 0,1%.....	67
Figura 25 - Matrículas no Ensino Primário	68
Figura 26 - Matrículas no Ensino Secundário	68
Figura 27 - Matrículas no Ensino Terciário	69

Figura 28 - Expectativa de Vida.....	70
Figura 29 - Mortalidade Infantil.....	70
Figura 30 - Correlação para Parcela do PIB da Agricultura.....	84
Figura 31 - Correlação para Parcela do PIB da Indústria.....	85
Figura 32 - Correlação para Parcela do PIB de Serviços	86

Lista de quadros:

Quadro 1 - Escolas Tradicionais de Desenvolvimento	21
Quadro 2 - Fases do Pensamento da Cepal	23
Quadro 3 - Etapas de Investigação	29
Quadro 4 - Variáveis Incluídas no Modelo	30
Quadro 5 - <i>Coodebook</i>	79

Lista de tabelas:

Tabela 1 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Nehru).....	39
Tabela 2 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Indira).....	41
Tabela 3 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Rajiv).....	43
Tabela 4 - Taxa de Alfabetização na Ásia do Sul e Oriental.....	51
Tabela 5 - Indicadores para Principais Estados da Índia, 2005.....	58
Tabela 6 - Emprego por setor (% do total).....	65
Tabela 7 - Teste t de Amostras Emparelhadas, PIB per capita	81
Tabela 8 - Teste t de Amostras Emparelhadas, economia.....	81
Tabela 9 - Teste t de Amostra Emparelhada, PIB por setor	81
Tabela 10 - Teste t de Amostra Emparelhada, emprego na agricultura	82
Tabela 11 - Teste t de Amostra Emparelhada, desigualdade de renda	82
Tabela 12 - Teste t de Amostra Emparelhada, educação	82
Tabela 13 - Teste t de Amostra Emparelhada, saúde	82
Tabela 14 - Correlação para Parcela do PIB da Agricultura	83
Tabela 15 - Correlação para Parcela do PIB da Indústria	84
Tabela 16 - Correlação para Parcela do PIB de Serviços.....	85

Sumário

1.Introdução.....	14
2. A visão desenvolvimentista.....	17
2.1. <i>As Teorias Tradicionais de Desenvolvimento</i>	<i>17</i>
2.2. <i>O Sul pelo Sul: desenvolvimentismo nos países periféricos.....</i>	<i>21</i>
2.3. <i>O Desenvolvimento Dualista.....</i>	<i>25</i>
3.Métodos	29
4.Economia e questões sociais na Índia: uma análise histórica.....	32
4.1. <i>Economia.....</i>	<i>32</i>
4.1.2. <i>O período colonial e o dismantelo da economia</i>	<i>32</i>
4.1.3. <i>Nehru e a busca pela Industrialização.....</i>	<i>36</i>
4.1.4. <i>O legado da família Nehru/Gandhi: Indira e Rajiv</i>	<i>39</i>
4.1.5. <i>Crise da dívida e reformas: a Índia entre os séculos 20 e 21</i>	<i>43</i>
4.2. <i>Questões sociais</i>	<i>47</i>
4.2.1. <i>Educação.....</i>	<i>48</i>
4.2.2. <i>Saúde</i>	<i>52</i>
5.Análise da Índia “antes e depois” da reforma	61
6. Conclusão	71
7. Referências.....	73
Apêndice A.....	79
<i>Codebook.....</i>	<i>79</i>
Apêndice B	81
<i>Tabelas completas dos testes t para amostras emparelhadas.....</i>	<i>81</i>
Apêndice C.....	83
<i>Correlação de Pearson (r): associação entre dados com fontes diversas</i>	<i>83</i>

1.Introdução

Este trabalho faz um estudo de caso do crescimento econômico da Índia (ver Mapa 1 para ilustração do país) e de seu desenvolvimento social. Nesta segunda década do século 21, o debate sobre a desigualdade – tanto social quanto econômica – ganhou novo fôlego. O *best-seller* *O Capital no Século XXI*, do economista francês Thomas Piketty, ajudou na difusão do debate e ampliação dos seus participantes – abrindo espaço não só para os acadêmicos, mas também para a mídia e os cidadãos. No entanto, não é apenas a desigualdade de renda, foco principal do autor, que cresce no mundo. Também existem as desigualdades sociais, que impõe condições de vida degradante àqueles que não conseguem ascender socialmente.

Assim, a hipótese levantada é a de que as reformas econômicas iniciadas em 1991 proporcionaram um desenvolvimento dualista no país, com uma transformação da economia focada no setor industrial. Além disso, esperamos um forte crescimento nos indicadores econômico ao mesmo tempo que uma piora nas disparidades sociais do país. Dessa forma, as variáveis de interesse que buscamos interpretar são, na verdade, um conjunto formado por duas características: um robusto crescimento econômico e uma alta desigualdade social¹.

O mundo assistiu, em diferentes momentos, um grande número de países que passaram por reformas em seus sistemas políticos e econômicos, quase sempre indo na direção dos modelos liberais. Desde o fim dos anos 1970 foi possível observar, por exemplo, os países latino-americanos, as antigas repúblicas soviéticas e os países fechados da Ásia, abrirem suas economias. As reformas colocadas em andamento, no entanto, nem sempre seguiram um modelo semelhante. A literatura da Ciência Política (PRZEWORSKI, 1991) e da Economia (DEWATRIPONT E ROLAND, 1992; WEI, 1997) convergem na categorização desses tipos: radical e gradual.

A Índia – um dos países que passaram por tal transformação – é uma das economias que mais avançaram nos últimos 30 anos. Apenas a China apresentou um crescimento mais acelerado. Também é um dos dois países mais populosos do mundo, sendo, mais uma vez, superado apenas pelo país do confucionismo.

¹ Como veremos adiante na parte metodológica, não será necessário a construção de um índice via Análise Fatorial. Cada variável de interesse será utilizada e analisada individualmente.

Figura 1- Mapa da Índia

Fonte: DIVA-GIS.

O país passou por um momento bastante emblemático de reforma quando, em 1991, o governo do Partido do Congresso recém-eleito rompeu com a antiga política econômica intervencionista e baixou as barreiras que impediam um fluxo mais livre do capital. Esse é um dos motivos da escolha do caso. No entanto, a Índia oferece outros motivos que são bastante específicos: ao se tratar de desigualdade, a Índia aparece como o país com o maior número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza de US\$ 1,25/dia, segundo dados do Banco Mundial (2013). Também é um dos países que, contraditoriamente, apresentaram as maiores taxas de crescimento de forma consistente nas últimas décadas.

Metodologicamente, a economia indiana e suas questões sociais serão apresentadas por meio de uma abordagem histórica, com o auxílio da estatística descritiva. Em seguida, será construída uma análise a partir de uma perspectiva comparativa, usando a estatística inferencial por meio de comparação de médias: utilizaremos o modelo de amostras emparelhadas. Ou seja, analisando a média das variáveis de interesse antes e depois da implementação do novo modelo econômico. Para tanto, usaremos dados do governo indiano, do Banco Mundial e de Atkinson e Morelli (2014). É importante ressaltar a limitação do estudo de caso. Lieberman argumenta: “*a small number of cases is an inadequate basis for generalizing about the process under*

study” (LIEBERSON, 1991, p. 311). Por isso é importante ressaltar que os achados dizem respeito apenas à Índia.

A estrutura dessa dissertação, então, é a seguinte: (1) no primeiro capítulo iremos elaborar o conceito do desenvolvimentismo, apresentando as visões tradicionais e aquelas construídas na periferia, além da visão dualista; (2) no segundo, apresentaremos os métodos que serão utilizados para, em seguida, (3) fazermos o levantamento histórico da construção econômica e social do país; (4) dedicaremos o capítulo seguinte para uma análise comparativa do “antes e depois” da Índia. Por fim, (5) serão apresentadas as considerações finais.

2. A visão desenvolvimentista

Este capítulo tem como objetivo apresentar a visão plural de desenvolvimento. No decorrer dos anos, face às novas demandas da economia mundial, diferentes abordagens do desenvolvimentismo foram elaboradas. Tendo sempre os países em desenvolvimento como objeto de estudos, algumas teorias foram construídas nos países de primeiro mundo enquanto outras nas regiões periféricas. Apresentamos, então, as principais correntes. Para tanto, dividimos o capítulo da seguinte forma: (1) primeiro apresentamos as teorias tradicionais do desenvolvimento; (2) depois as teorias elaboradas por autores dos países periféricos e; por fim, (3) damos atenção especial à ideia de desenvolvimento dualista.

2.1. As Teorias Tradicionais de Desenvolvimento

O crescimento econômico da Índia, que recebeu um *boom* após as reformas econômicas liberais, já é fonte de uma extensa literatura que procura entender a forma que esse crescimento se deu, assim como replicar o modelo em outros países em desenvolvimento (AGHION ET AL., 2003; PANAGARIYA, 2008). No entanto, a produção sobre as consequências de tal crescimento nos quesitos sociais do país é muito menor. Por isso, faremos um debate acerca das teorias desenvolvimentistas, desprendendo especial atenção ao modelo dualista.

Cabe, antes, fazer uma distinção entre a ideia de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, sendo esta última o foco do trabalho. Enquanto o primeiro se apresenta como uma visão mais restrita, focada basicamente na saúde da economia e tendo a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como principal forma de mensuração, o desenvolvimento econômico costuma estar relacionado também com um aumento na qualidade de vida da população de um dado país (TODARO E SMITH, 2011). Para tanto, outras formas de mensuração são necessárias, como a taxa de alfabetização e o estado da saúde.

Para Przeworski et al. (2000), o desenvolvimento é um processo multifacetado de transformações estruturais. Para os autores, ele pode se manifestar por meio de crescimento de renda, produtividade, consumo, investimento, educação, expectativa de vida e emprego. No entanto, eles chamam atenção para um importante fato: nem sempre todas essas coisas boas acontecem simultaneamente. Segundo os autores, o crescimento

da renda, por exemplo, pode se dar às custas do crescimento da desigualdade ou do desemprego. Com essa breve categorização, é possível seguir em frente.

Nas teorias econômicas como um todo, a escola neoclássica tem sido a principal tendência desde meados dos anos 1970. A visão dessa escola aparece de forma bastante restritiva em alguns pontos, como nos estudos do “desenvolvimento em países em desenvolvimento”. Buscando preencher essa lacuna e se afastar da teoria focada no consumo, outras escolas se desenvolveram e conquistaram bastante adeptos. Esse é o caso da escola desenvolvimentista, uma tradição que entende a economia como forma de adquirir novas capacidades de produção.

Apesar de ter aparecido com maior força como uma resposta às políticas neoclássicas que não davam mais resultado, a tradição² desenvolvimentista é uma das mais antigas dentro da economia. Nas palavras de Chang (2015), essa é uma “tradição dispersa, com múltiplas fontes de inspiração e uma linhagem intelectual complicada” (p. 126). Isso é compreensível dado o fato de que existem correntes tanto a favor quanto contra o livre-mercado, assim como algumas que culpam os países desenvolvidos pelo atraso no terceiro mundo e outras que argumentam que o problema dos países subdesenvolvidos é interno.

O pensamento desenvolvimentista teve origem nos séculos 17, 18 e início do 19 (BARDHAN, 1993), quando a maioria dos estudiosos se preocupavam com a experiência do desenvolvimento, sobretudo na Inglaterra. Os argumentos iniciais seriam de práticas protecionistas para industrialização. Essa realidade já foi exposta por Chang (2004; 2015).

No pós-segunda Guerra Mundial, a economia do desenvolvimento se baseou majoritariamente em quatro teorias *mainstream*, tratadas aqui como tradicionais: (1) o modelo de estágios lineares de crescimento; (2) teorias e padrões de mudança estrutural; (3) a revolução da dependência internacional; (4) e a neoclássica, que aparece como uma “contrarrevolução” do livre-mercado. Aqui, para compreender algumas das principais diferenças entre as correntes, é preciso levar em conta o papel desempenhado pelo estado. Isso porque sem incentivos para que os países desenvolvam sua indústria, eles continuarão focando em mão de obra barata e exportação de matéria-prima.

² Chang (2015) deixa claro que a *tradição* desenvolvimentista não pode ser chamada de *escola*, pois ela não possui fundadores e seguidores claros, assim como não existem teorias fundamentais.

A primeira escola, de modelo linear de crescimento, surgiu como uma resposta ao interesse que os países pobres passaram a despertar. Sem um histórico de estudo nessa área, os acadêmicos e políticos da época adotaram o chamado “fundamentalismo de capital”. Walt W. Rostow (1959; 1960), seu principal teórico, afirmou que para que um dado país se torne desenvolvido, é preciso passar por cinco etapas: a sociedade tradicional; as pré-condições para “decolar”; a “decolagem”; o caminho até a maturidade; e a era do alto consumo em massa.

As sociedades tradicionais sofriam com limitações tecnológicas. Faltava compreensão suficiente do mundo ao redor para que invenções mais produtivas recebam atenção. A etapa seguinte é a das pré-condições para uma industrialização sustentável, que seriam três: capital social, uma revolução tecnológica na agricultura, e uma expansão nas importações financiadas pela produção mais eficiente de recursos naturais e, quando possível, importações de capital. Uma vez que essas necessidades fossem atendidas, o *take-off* consistiria, de acordo com Rostow (1959), em alcançar um rápido crescimento em um grupo pequeno de setores, onde as novas técnicas industriais seriam aplicadas. O período em que se persegue a maturidade poderia ser descrita como aquela em que novas tecnologias suplantam aquelas que se destacaram no período de descolamento. Além disso, esse deve ser um período no qual as então tecnologias modernas já estão sendo aplicadas na maior parte de seus recursos. Finalmente, caberia ao estado prover as condições necessárias para um grande consumo privado, incluindo casas individuais para famílias, bens de consumo duráveis e serviços.

Após passar por todo esse processo, existe uma espécie de fórmula que seguidores da corrente acreditam ser necessária: se um país puder poupar parte da renda nacional, ele poderia aumentar a taxa de crescimento do seu PIB. Rostow e seus pares chegaram ao número de 15% a 20%. Países que conseguissem poupar esse percentual do PIB conseguiriam se desenvolver em uma velocidade muito maior do que aqueles que não o faziam. O grande problema, aceitando os pressupostos dessa corrente, é o baixo nível de formação de capital novo nos países pobres (TODARO E SMITH, 2011). Uma das principais críticas a essa teoria diz respeito ao fato de que apesar da poupança da renda nacional ser um fator necessário, ele não é suficiente para engatilhar o desenvolvimento de um país.

A partir dos anos 1970, essa visão de modelo linear dos cinco estágios de crescimento passou a ser questionada e, aos poucos, substituída por duas outras correntes: as teorias e padrões de mudança estrutural, e a revolução da dependência internacional.

Os modelos de mudança estrutural tiveram o economista vencedor do Nobel W. Arthur Lewis como seu primeiro importante teórico. Em seu modelo, desenvolvido ainda em 1954, as economias em desenvolvimento seriam compostas, basicamente, de dois setores: a agricultura de subsistência e o moderno (tradicionalmente chamado de indústria). Como a mão de obra do primeiro teria uma baixa produtividade, sendo chamada de sobretrabalho, ela poderia ser levada para a indústria sem causar danos à economia. Isso ocorreria porque a indústria teria alta produtividade.

Levando esses argumentos mais adiante, teóricos das mudanças estruturais vão além de sair de economia agrícola para uma industrial, focando em padrões em detrimento de teoria. Eles argumentam a necessidade de transformação em todos os campos econômicos, indo desde a demanda dos consumidores para bens manufaturados até o tamanho da população. Assim, o processo de desenvolvimento de um país pode ser identificável.

Simultaneamente, acontecia a revolução da dependência internacional. Uma teoria, que ao contrário das apresentadas até agora, foi desenvolvida nos países do Sul Global. Três paradigmas se desenvolveram: o modelo de dependência neocolonial; o modelo de falso paradigma; e a tese de desenvolvimento dualista. Não trataremos desta última agora, uma vez que daremos atenção especial à mesma na última parte deste capítulo.

A primeira foca na existência de países do centro e da periferia (TODARO E SMITH, 2011; COSTA LIMA, 2015). Os primeiros, países industrializados e desenvolvidos, manteriam uma relação desigual com os países em desenvolvimento. Para Todaro e Smith, isso se dá porque os países desenvolvidos podem ser intencionalmente exploradores ou podem agir, de forma não intencional, com negligência. As elites locais, que formam uma minoria rica, serviriam aos interesses dos grandes capitalistas locais, perpetuando o sistema econômico e financeiro que permite ganhos. Assim, o subdesenvolvimento teria influências externas, não internas.

O modelo do falso paradigma, por sua vez, argumenta que o subdesenvolvimento seria o resultado de políticas adotadas a partir de modelos incorretos providos por economistas e “conselheiros” dos países já desenvolvidos (TODARO E SMITH, 2011).

Esses modelos focariam demais no acúmulo de capital e na liberalização do mercado, mas daria pouca atenção às necessárias mudanças sociais.

A corrente desenvolvimentista mais recente – a neoclássica – aparece para se contrapor às ideias da dependência internacional. Eles apontam o livre-mercado como a única forma de trazer desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Segundo a escola neoclássica, qualquer intervenção do estado travaria as possibilidades de crescimento – tanto econômico quanto social. A análise de livre-mercado e a teoria da escolha pública³ foram as principais correntes da escola neoclássica nos anos 1980. Nos anos 1990, já assumindo falhas no mercado, surgiu a abordagem “*market-friendly*”. Os países periféricos passaram a ter que se adaptar a esse paradigma, sobretudo após a política hegemônica do Consenso de Washington, que Bresser-Pereira (2012) chama de ortodoxia convencional.

O quadro 1 compila as escolas apresentadas nessa seção.

Quadro 1 - Escolas Tradicionais de Desenvolvimento

Modelo	Ideias	Período
Estágios Lineares de Crescimento	Desenvolvimento por etapas	1950 – 1970
Mudança Estrutural	Transformação dos campos econômicos	1970 – 1980
Dependência Internacional	Países periféricos dependentes dos países do centro	1970 – 1980
Neoclássico	Livre-mercado	1980 –

Fonte: elaboração do autor, com informações de Todaro e Smith (2011).

É preciso compreender que as correntes apresentadas até agora foram desenvolvidas, em sua maior parte, nos países centrais. Isso implica dizer que quando os países em desenvolvimento (ou de terceiro mundo, para usar a nomenclatura da época) passaram a ser o foco dos estudos de cientistas sociais, eles não tinham experiência alguma com esse tipo de desenvolvimento. Assim, julgaram que poderiam utilizar o histórico dos próprios países (sobretudo Inglaterra e Estados Unidos) como fonte de conhecimento para o desenvolvimento dos países asiáticos, latino-americanos e africanos.

2.2. O Sul pelo Sul: desenvolvimentismo nos países periféricos

³ Também conhecida como abordagem da “Nova Política Econômica”. Para os teóricos desse pensamento, o governo estaria fadado a sempre agir de forma errônea. Isso porque ele é controlado por seres humanos que, por natureza, sempre atuam em busca de benefícios próprios.

Uma das formas em que o desenvolvimentismo se afasta da visão purista neoclássica da economia é a importância que ela desprende para o contexto histórico de cada período e de cada economia em específico. Apesar de ser uma referência em boa parte dos teóricos dessa área, poucos deram tanta ênfase a isso quanto os teóricos do Sul. A corrente econômica relacionada à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁴, que teve nos economistas argentino Raúl Prebisch e brasileiro Celso Furtado alguns dos principais pensadores, é um forte e importante contraponto às teorias tradicionais.

A escola cepalina – ou estruturalista latino-americana – muitas vezes é, erroneamente, classificada apenas como uma corrente que defendia a política de substituição das importações. Eles pretendiam, na verdade, a superação de uma condição de subdesenvolvimento da América Latina por meio de uma industrialização conduzida pelo estado (COLISTETE, 2001), levando em conta as características das nações periféricas. Assim, a visão cepalina é bastante importante para o desenvolvimentismo, uma vez que busca romper com a ideia da divisão internacional do trabalho, a partir da ideia da deterioração dos termos de troca de Prebisch (2000), e acabar com as assimetrias dos resultados da economia mundial.

Foi justamente essas assimetrias que chamaram a atenção de Prebisch (2000) já no fim dos anos 1940. Ele mostrou que, ao contrário do “acordado” na divisão internacional de trabalho, as sociedades periféricas se saíram pior que as de centro. Em um apanhado que vai de 1876 a 1947, o economista percebeu uma forte queda no poder de compra dos países exportadores de bens primários.

O subdesenvolvimento – termo chave para a teoria da Cepal –, na visão de Furtado (1979), é um processo autônomo. Ou seja, não é uma etapa pela qual os países desenvolvidos necessariamente passaram, como havia defendido a escola de Estágios Lineares de Crescimento. Como Francisco de Oliveira (2003) coloca, o subdesenvolvimento “tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (p. 126). Esse

⁴ Criada em 1948, a Cepal é um órgão das Nações Unidas. Está sediada em Santiago, no Chile, e possui escritórios em Buenos Aires (ARG), Brasília (BRA), Montevidéu (URU) e Bogotá (COL), além de duas sub-regionais: uma no México e uma em Trinidad e Tobago. <http://www.cepal.org/pt-br>.

pensamento vai diretamente contra a ideia tradicional de que existe um modelo linear de crescimento, separado em fases que todos os países desenvolvidos teriam passado.

A principal característica da chamada primeira Cepal é o importante papel dado à industrialização para a superação da condição periférica e a visão de que a produção primária-exportadora seria limitada em termos de incorporação de valor agregado. Assim, os efeitos de encadeamento das atividades exportadoras sobre outros setores produtivos seriam restritos. Ou seja, são insuficientes para a manutenção de um crescimento dinâmico (COLISTETE, 2001).

Apesar do forte foco na necessidade de industrialização dos países subdesenvolvidos, Prebisch (2000) deixa claro que as exportações primárias não podem ser deixadas de lado:

Se, através do progresso técnico, conseguirmos aumentar a eficácia produtiva, por um lado, e se a industrialização e uma legislação social adequada forem elevando o nível do salário real, por outro, será possível irmos corrigindo gradativamente o desequilíbrio da renda entre os centros e a periferia, sem prejuízo dessa atividade econômica essencial (PREBISCH, 2000, p. 78)

Além do mais, os economistas ligados à Cepal defendem a transformação produtiva com equidade social. Segundo Prebisch (2000), com a industrialização e uma maior captação do fruto do progresso técnico, seria possível elevar o padrão de vida das massas.

O modelo neoestruturalista faz algumas críticas ao estruturalismo. Como mostra Costa Lima (2010), a nova corrente buscava recuperar a política como “ação pública inovadora e capaz de estabelecer um novo equilíbrio, capaz de complementar o Estado e o Mercado no contexto da presente globalização” (p. 142).

De forma mais geral, Santos e Oliveira (2008) dividem o pensamento da Cepal em três principais fases, separadas temporalmente: (1) a teoria da deterioração de troca; (2) heterogeneidade estrutural e; (3) análise sobre tecnologia. Elas estão resumidas no quadro 2.

Quadro 2 - Fases do Pensamento da Cepal

Fase	Característica	Período
Deterioração de troca	Industrialização dos países periféricos	1940 – 1950
Heterogeneidade estrutural	Industrialização voltada para o mercado interno	1950 – 1970
Análise tecnológica	Combate ao atraso tecnológico	1990 –

Fonte: elaboração do autor, com informações de Santos e Oliveira (2008).

A fase (1) é tida como a corrente clássica da Cepal, na qual os países periféricos precisavam reequilibrar os ganhos da divisão de trabalho internacional a partir de sua industrialização. Foi aí que houve a política de substituição das importações. Uma importante mudança entre as duas primeiras fases deve ser levada em conta: o contexto histórico. Uma vez que a industrialização já era realidade nos países da região, a fase (2) buscava respostas para os novos problemas oriundos da industrialização desequilibrada. Isso porque boa parte dos setores primários ainda responderiam por grande parcela da estrutura nacional. Assim, Santos e Oliveira (2008) argumentam que este problema pode intensificar as desigualdades internas dos países subdesenvolvidos.

Finalmente, a fase (3) reinventa o pensamento cepalino. Apesar de ser um tema importante desde a fundação da Comissão, o atraso tecnológico se firmou como foco do debate da nova Cepal. Com forte influência neoschumpeteriana, tal corrente indicava que aqueles que introduzem inovações tecnológicas são os mais propensos a se desenvolverem.

Furtado (1976) destaca um ponto que, para ele, pode ser considerado como divisor de água entre o pensamento econômico ortodoxo e aquele desenvolvido na América Latina. Para o autor, tal ponto seria o fato de que esta última observa “a realidade social do ângulo das resistências que à transformação desta oferecem os elementos estruturais” (p. 126). E continua: “privilegiar a ideia de transformação (o que implica em explicitar juízo de valor) e, em seguida, de orientar o aparelho cognitivo para os elementos estruturais que oferecem mais resistência à transformação” (*ibidem*). Ele ainda afirma que o modelo latino-americano rompeu a barreira entre “o econômico, o social, o político” (p. 127).

Apesar de uma série de contribuições novas e relevantes, as visões da escola cepalina e do próprio Celso Furtado se assemelharam em alguns aspectos com aquelas vigentes nas décadas de 1970, que apresentamos na subseção anterior. O foco na mudança estrutural e no reconhecimento da necessidade de mudar sua posição frente ao mercado internacional são exemplos disso.

Mais recentemente, Bresser-Pereira (2012) faz uma defesa do Novo Desenvolvimentismo. Para o autor, a instituição chave para o desenvolvimento é uma

estratégia nacional de desenvolvimento⁵. Essa corrente de pensamento, segundo o autor, vem surgindo, principalmente na América Latina, desde o início dos anos 2000. Para Bresser-Pereira, o estado passa a ter um papel de facilitador na econômica, defendendo e garantindo a concorrência, e deixando de lado seu empenho mais direto no papel de investidor. Assim, para o economista, é preciso que haja convivência de um Estado forte e de um mercado igualmente forte.

No outro lado do globo, o modelo asiático de desenvolvimento oferece três ensinamentos para o restante dos países em desenvolvimento, todas referentes à atuação do estado. Como diz Deepak Nayyar (2000), citado por Costa Lima (2010), os ensinamentos são: (1) intervenção funcional do estado, para *corrigir* falhas; (2) intervenção institucional do estado, para *regular* o mercado e; (3) intervenção estratégica do estado, para *guiar* o mercado.

Assim como a escola estruturalista latino-americana, o modelo asiático ressalta a importância de estar atento ao nível de desenvolvimento de cada país (COSTA LIMA, 2010). Portanto, apesar das regras estabelecidas por Nayyar (2000), cada nação precisa saber em que grau acontecerá a participação do estado, tendo sempre o desenvolvimento como principal objetivo.

É possível perceber a afinidade entre as teorias elaboradas na América Latina e aquelas da Ásia. Dessa forma, podemos compreender que todos os países periféricos sofrem com problemas semelhantes no desenvolvimento capitalista, embora a forma de superá-los seja específica para cada região e país.

2.3. O Desenvolvimento Dualista

O estudo do desenvolvimento abre espaço também para uma corrente que se apresenta como abordagem de uma economia em que há perceptível heterogeneidade: o dualismo. A dinâmica do desenvolvimento nesse paradigma é a de transição (TEMPLE, 2005). O Modelo de Setor Dual – também conhecido como o Modelo Lewis, devido ao economista W. Arthur Lewis – é focado, majoritariamente, na mão de obra e em sua mobilidade. O autor se preocupou com essa questão ao levar em conta que à época do seu

⁵ O autor reconhece a importância da garantia dos direitos de propriedade. Mas, diferentemente dos neo-institucionalistas, acredita que o plano nacional de desenvolvimento é mais importante. Principalmente nos períodos iniciais de desenvolvimento.

principal trabalho, publicado em 1954, já existiam regiões altamente povoadas no mundo, principalmente na África e na Ásia.

A ideia fundada por Lewis (1954) chama atenção para a possibilidade de que dois mundos bastante diferentes podem existir dentro de um mesmo país. Ele afirma que poucas indústrias altamente capitalizadas, que formam o setor capitalista, vivem lado a lado com técnicas extremamente primitivas, que seria o setor de subsistência. No entanto, para que o princípio defendido pelo autor seja válido, é preciso aceitar o pressuposto de que existe um grande excedente de mão de obra no setor agrícola de países subdesenvolvidos. A partir daí a diferença entre essas duas partes se dá em dois principais pontos: no modelo de produção e no fluxo migratório.

A questão do modelo de produção é considerada durante o processo de desenvolvimento de um país, levando em conta a existência dos setores tradicional (o de subsistência) e moderno (capitalista). O primeiro caso seria ser um setor de produção predominantemente rural e estaria engajado em uma economia de subsistência, sem levar em consideração o comércio. Isso acontece devido ao alto número de trabalhadores disponíveis no setor. Por outro lado, a parcela da sociedade empenhada no desenvolvimento capitalista industrial seria bem menor. Esse setor moderno seria manufatureiro e se preocuparia com práticas comerciais (VOLLRATH, 2009).

Já o fluxo migratório, no sentido pensado por Lewis (1954), segue sempre o mesmo caminho: trabalhadores saindo da agricultura a caminho da indústria. Essa transferência de mão de obra acontece porque no setor de subsistência, onde há uma abundância de mão de obra, os trabalhadores, conseqüentemente, vivem com um baixo nível de renda. Além disso, o setor capitalista possui forte capacidade de absorção. Esse modelo de economia permitiria “ao setor capitalista a acumulação de excedentes” (NOJIMA, 2008, p. 14). A partir disso a visão da economia dual explica que os setores mais modernos passariam, com o avançar do tempo, a empregar um número cada vez maior de trabalhadores oriundos do setor tradicional (LEWIS, 1954; RANIS, 2004).

Cientistas sociais que estudam a mobilidade urbana-rural estressam a importância do fator econômico. Como coloca Sjoberg (2005), entre os fatores que levam os trabalhadores a saírem das zonas rurais em direção às urbanas nos países em desenvolvimento é o baixo salário recebido no campo. Sjoberg (*ibidem*) também chama atenção para o fato de que o fluxo migratório, apesar de sofrer pressão sobretudo econômica, também é resultado de decisões políticas. Essas são condições que,

invariavelmente, estão relacionadas. As tomadas de decisões de políticos, que pretendem dar prioridade a determinado setor – seja o primário, secundário ou terciário –, influenciam diretamente os salários pagos e a possibilidade de capital acumulado.

A oferta de mão de obra ilimitada impediria o surgimento de uma economia de consumo de massa. A mecânica para que isso aconteça é a seguinte: há um aumento salarial quando os trabalhadores migram do setor tradicional para o setor moderno. No entanto, posteriormente, os salários são pressionados para baixo. Por sua vez, esse problema gera uma “insuficiência crônica de demanda” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 45). Segundo Ranis (2004), o principal foco da teoria dual é o momento em que a realocação da mão de obra supera o crescimento populacional por tempo suficiente para que o dualismo se “atrofie” e a economia se torne completamente voltada para o comércio.

Francisco de Oliveira (2003) apresenta uma crítica à ideia de que os setores atrasados se apresentam como entraves ao desenvolvimento. Ele afirma que a visão dualista não é necessariamente má. Segundo o autor, em boa parte das situações em que há uma divisão entre o tradicional e o moderno, essa oposição é meramente formal. “De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (p. 32).

Em um texto de 2009, o economista indiano Prabhat Patnaik argumenta que o dualismo é uma tendência que está intimamente ligada ao crescimento econômico da Índia. Pobreza e péssima condição de vida estariam necessariamente ligadas à reserva de mão de obra.

Patnaik (2005) argumenta que em países capitalistas ainda em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, “abertura” produz, necessariamente, uma estrutura dualística que piora não só a má distribuição de renda, mas toda a condição dos cidadãos que não façam parte de uma classe afluyente. Portanto, o crescimento econômico somado à alta reserva de trabalho e um incentivo para maior produtividade exerce impacto direto sobre a desigualdade no país.

O dualismo que conceitua a Índia nas últimas duas décadas do século 20, no entanto, não segue à risca as determinações da literatura tradicional, aos moldes de Lewis (1954), sobre o tema. No país, não há somente diferença entre o setor tradicional da agricultura e a da moderna indústria. Na Índia, o setor de serviços é o que aparece como

o principal formador de superávit. No que diz respeito às políticas adotadas pelos governos, a ideia de “crescimento inclusivo” ao invés de “desenvolvimento inclusivo” parece ter continuado apostando na teoria de *trickle-down*⁶, em oposição a uma estratégia de desenvolvimento que não só poderia causar transformações econômicas, mas também melhoraria nas condições de trabalho e na qualidade de vida da população⁷.

Apesar de as visões de desenvolvimento apresentadas aqui serem muitas vezes divergentes, ou até mesmo contraditórias, algumas podem conviver parcialmente. A ideia de desenvolvimento dualista, por exemplo, pode ser vista como consequência de boa parte das ideias desenvolvimentistas. É preciso ter isso em mente ao estudarmos o caso proposto aqui, uma vez que a Índia parece se enquadrar em várias dessas abordagens no decorrer do tempo.

Ainda antes de concluirmos este capítulo, é importante ressaltar que todas essas visões desenvolvimentistas possuem impactos distintos no âmbito social dos países que as aplicam. Não basta avanço técnico, e que esse só seja apropriado para alguns grupos sociais (COSTA LIMA, 2015). É preciso, portanto, estar atento à qualidade da política de desenvolvimento proposta.

⁶ A teoria de *trickle-down*, grosso modo, defende que dar mais dinheiros às classes mais altas beneficiaria toda a sociedade. Os defensores desse ponto de vista argumentam que os mais ricos iriam deter uma maior parcela da economia porque eles tornam a economia como um todo maior. Ver Stiglitz (2013), p. 8-9; e Chang (2015), p. 90.

⁷ Além disso, existe uma corrente que afirma que o dualismo no país seria caracterizado mais precisamente pelas diferenças entre dois setores: o formal e informal. Ver Kannan (2009).

3.Métodos

Nesta seção, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; DAFOE, 2014; JANZ, 2015). Para que o padrão de replicabilidade seja alcançado, King (1995) afirma ser necessário a disponibilização de informações suficientes para que se possa compreender, avaliar e replicar os resultados de um dado trabalho, sem que sejam necessárias outras informações dos autores. Assim, o pesquisador deve deixar clara a maneira como os dados foram coletados, da mesma forma em que como a análise foi feita.

Em nossa análise fazemos uso de uma abordagem de métodos mistos (LIEBERMAN, 2005; CRESWELL E PLANO CLARK, 2013), dividindo-a em duas etapas. Como colocam Creswell e Plano Clark (2013), a principal característica de um método misto é a junção das metodologias qualitativas e quantitativas. Segundo os autores, a abordagem qualitativa corrige os problemas encontrados na abordagem quantitativa (como o fraco entendimento de um contexto específico), da mesma forma que o contrário acontece (devido ao viés que pesquisadores qualitativos podem dar à sua pesquisa).

Levando em consideração tais justificativas, apresentamos as etapas: (1) a primeira etapa se caracteriza por uma inquirição histórica, com auxílio de estatística descritiva para facilitar a compreensão do trabalho e tornar mais intuitiva algumas colocações. Depois, (2) durante a investigação empírica, utilizaremos estatística inferencial. O quadro 3 resume a estrutura de análise do trabalho.

Quadro 3 - Etapas de Investigação

Etapas	Método
Inquirição Histórica	Estatística Descritiva
Análise Empírica	Estatística Inferencial (teste t)

Fonte: elaboração do autor.

O quadro 4 apresenta as variáveis de interesse utilizadas no capítulo empírico. Serão comparadas variáveis que constituem quatro importantes temas de desenvolvimento econômico: situação econômica, da força de trabalho, da educação e da saúde.

Quadro 4 - Variáveis Incluídas no Modelo

Grupo	Componentes
Economia	- PIB per capita; - Taxa de Crescimento Econômico; - Consumo per capita de Energia; - Parcela da Agricultura no PIB nacional; - Parcela da Indústria no PIB nacional; - Parcela de Serviços no PIB nacional; - Parcela de Renda Mantida pelo top 1%; - Parcela de Renda Mantida pelo top 0,1%;
Força de Trabalho	- % da Força de Trabalho Empregada na Agricultura;
Educação	- Matrículas na Educação Primária; - Matrículas na Educação Secundária; - Matrículas na Educação Terciária;
Saúde	- Expectativa de Vida ao Nascer; - Mortalidade Infantil (crianças de até 5 anos)

Fonte: elaboração do autor.

Lipset (1960) argumenta que um estudo comparativo de sistemas sociais complexos deve, “necessariamente”, lidar com as questões históricas particulares de qualquer sociedade. Para North (1990), a história importa não só para que não se repitam os erros do passado, mas porque o presente e o futuro estão conectados a ele.

O caso estudado é a Índia, dentro do período que vai de 1980 a 2001. Mais uma vez é feita a ressalva para se evitar que pesquisadores criem teorias e hipóteses “a partir de observações singulares e as extrapolem para outros contextos e realidades” (REZENDE, 2011, p. 313).

Levando em conta a proposta do estudo, tal período foi selecionado para abarcar os 10 anos que antecedem as reformas liberais de 1991, e os 10 anos que as seguem. O banco de dados utilizado é original⁸, construído a partir das seguintes fontes: *World Bank Open Data*⁹, Governo da Índia¹⁰ e Atkinson e Morelli (2014).

Tecnicamente, utilizaremos o teste t para amostras emparelhadas, também conhecido como teste t para medidas repetidas, para uma análise longitudinal. Nesse formato de análise, as unidades que compõem as duas amostras são de alguma forma relacionadas. Esse teste pode conter dados de uma mesma amostra, mensurando-as duas vezes (BOSLAUGH, 2012). Neste trabalho, seguimos este último caso. Em resumo, “duas amostras são dependentes quando uma equiparação natural ocorre entre cada sujeito nas duas amostras. Geralmente isso ocorre quando cada amostra tem os mesmos

⁸ O *codebook* do banco de dados é apresentado por completo no Apêndice A.

⁹ <http://data.worldbank.org/>.

¹⁰ <https://data.gov.in/>.

sujeitos” (AGRESTI E FINLAY, 2012, p. 213). Devido a esse caráter da abordagem, ele será usado para compararmos a Índia “antes e depois” do início das reformas. No Apêndice C ainda utilizamos correlação de Pearson para apontar a associação das variáveis que possuem dados de fontes diversas.

Computacionalmente, trabalhamos com os dados a partir do software *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 22. Todos os dados utilizados na seção empírica do trabalho podem ser acessados no repositório público *Dataverse*¹¹.

Também é preciso ressaltar a dificuldade para obter dados referentes à força de trabalho do país, assim como aos problemas de pobreza e má distribuição de renda, o que culmina em um número reduzido de estudos robustos sobre o país. Esse ponto já foi mencionado por outros estudos anteriores, como Przeworski et al. (2000) e Maddison (2006). Uma década depois, ainda não se pode ter acesso a dados precisos e, principalmente, com uma boa série histórica. A Índia, sobretudo na década inicial da análise empírica deste trabalho, ainda pode ser considerado um deserto informacional.

¹¹ O link direto para o banco utilizado é: <http://dx.doi.org/10.7910/DVN/IWGEPD>.

4.Economia e questões sociais na Índia: uma análise histórica

O próximo passo seria analisar o impacto das reformas liberais em nossas variáveis de interesse. No entanto, para compreendermos o que levou o país a experimentar essas reformas da maneira que aconteceu, é preciso olhar para trás e compreendermos a história da economia indiana. Passo que tomamos a partir de agora.

Assim, neste tópico, faremos uma análise histórica de como a economia da Índia se desenvolveu desde o período colonial, levando em conta as mudanças estruturais que aconteceram no decorrer do período. Também daremos atenção para eventos políticos pontuais, uma vez que os acontecimentos desta área e da economia costumam estar intrinsicamente ligados.

Além disso faremos uma análise descritiva da desigualdade social do país. Iremos desprender atenção especial para a educação e a saúde, apresentando alguns dados estatísticos. Para tentar mostrar a real situação indiana, faremos ainda algumas análises comparativas entre a Índia, a região do sul asiático e os demais países dos Brics¹².

4.1. Economia

4.1.2. O período colonial e o dismantelo da economia

Como argumenta Singer (1998), o ponto de partida para o estudo do desenvolvimento econômico começa, necessariamente, pela economia colonial. Assim, a marca do início desse período na Índia pode ser facilmente datada em 1757, na Batalha de Plassey. Com a vitória do coronel Robert Clive sobre os governantes de Bengala, os britânicos passaram a ter controle sobre o território indiano.

Chandra, Mukherjee e Mukherjee (2011) dividem as características do período colonial da Índia em quatro. A primeira seria a de que o colonialismo levou a economia da Índia a uma completa, mas complexa, integração com o sistema do mundo capitalista de maneira subserviente. Segundo os autores, a segunda característica seria a maneira que o país sul-asiático precisou se adaptar às necessidades da indústria britânica. O país passou a exportar alimentos e matéria prima e importar todos os produtos manufaturados

¹² Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

da metrópole. Em terceiro, boa parte do excedente econômico do país era apropriado pelo estado colonial e malgasto. Apenas uma pequena parcela era investida no desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional. Finalmente, a quarta característica, de acordo com os autores, foi o papel do estado na manutenção da estrutura colonial. “*India’s policies were determined in Britain and in the interests of the British economy and the British capitalist class*” (CHANDRA, MUKHERJEE E MUKHERJEE, 2011, p. 23). Assim, o subdesenvolvimento da Índia seria devido à falta de apoio ao desenvolvimento do país. Diferentemente do que acontecia na própria Inglaterra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a Índia era obrigada a lidar com o livre mercado e com a falta de tarifas de proteção.

Todas essas características se enquadram nos três objetivos que, segundo Tomlinson (1982), os britânicos tinham na colônia: que a Índia servisse de mercado para os bens ingleses; que pagasse os juros da dívida esterlina (além de outros encargos que recaíssem sobre Londres); e que servisse de financiadora para as tropas britânicas.

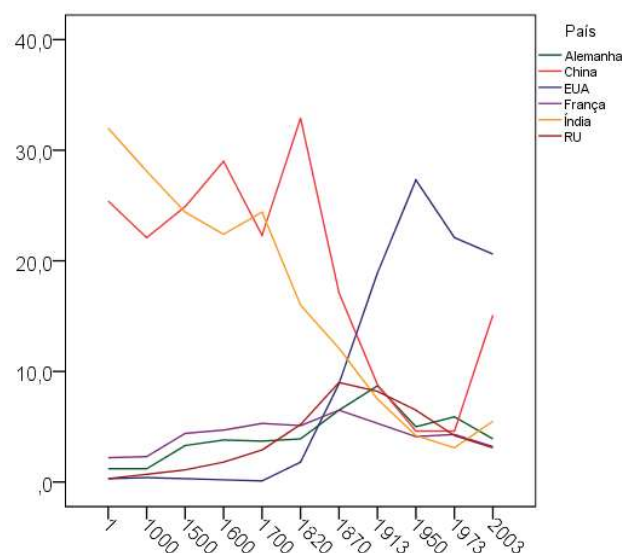
Levando essas afirmações em conta, é possível afirmar, como Celso Furtado (1979) o fez, que o desenvolvimento de um núcleo industrial na Europa moldou de forma direta o desenvolvimento econômico de países em outras regiões. Nos países que estavam sob o domínio colonial, os colonizadores se empenharam para que essas terras se tornassem produtoras de matéria-prima, fortalecendo a ideia de divisão internacional do trabalho. Essa visão é compartilhada por Patnaiak (2009), ao dizer que os problemas de desenvolvimento enfrentados pela Índia (e também pela China, segundo o autor) têm origem na “desindustrialização” do país no período colonial.

As últimas décadas de dominação britânicas foram as que mais impuseram restrições e dificuldades ao país. Além das características já apresentadas, desde os anos 1880 o país precisou lidar com políticas cambiais que favoreciam a indústria britânica em detrimento da nacional. Polanyi (2001) usa como exemplo o barateamento dos *chaddar* feitos à mão em favor dos produtos feitos à máquina. Já em 1913 a Índia havia se transformado em o principal comprador das importações inglesas, incluindo “têxteis, de ferro e aço, maquinário e outros que refletiam a força industrial inglesa” (METCALF E METCALF, 2013, p. 151). Na mesma época, o país que já havia sido o maior exportador

de têxteis do mundo foi proibido de vender tal mercadoria (CHOMSKY, 1999). Dessa forma, se desenvolveu o que Singer (1998) chama de Setor de Mercado Externo¹³.

O período colonial indiano foi marcado por um forte dismantelamento dos setores de produção. Mukherjee (2012) apresenta o resultado do domínio inglês: durante os mil anos do primeiro milênio, a Índia possuía a maior economia do mundo, sendo responsável por cerca de 30% do PIB mundial. No século 18 o país ainda respondia por 25%. Mas em 1950 – apenas três anos após a independência – a Índia detinha apenas 4,2% do PIB global (ver figura 2). No mesmo ano, 90% da necessidade de maquinário era satisfeito por meio de importações.

Figura 2 - Parcela do PIB mundial, por país



Fonte: elaboração do autor, com dados de Maddison (2007).

A figura 2 mostra o sentido contrário feito por Índia e China em relação aos países do centro. Enquanto os dois países asiáticos sofrem uma aguda queda em sua participação do PIB mundial no decorrer do tempo, Alemanha, França, Reino Unido e, sobretudo, Estados Unidos, mostram ascensão.

No período da Primeira Guerra Mundial, o índigo “praticamente desapareceu” como um produto de forte exportação indiana devido à substituição por materiais

¹³ O autor definiu tal setor como: “conjunto de atividades produtivas que se destina à exportação, quase só aos países industrializados e não a outros países não-desenvolvidos” (SINGER, 1998, p. 136).

“sintéticos” (METCALF E METCALF, 2013). Até o final dos anos 1930, o capital estrangeiro dominava os campos industriais e financeiros da Índia. As empresas britânicas dominavam minério de carvão, a indústria de juta, e as plantações de chá e café (CHANDRA, MUKHERJEE E MUKHERJEE, 2011).

Para Maddison (2006), a principal característica nociva do *Raj* britânico foi a “drenagem” da economia local. Boa parte das riquezas do país era mandada para a Inglaterra, de maneiras diversas. O gasto do *India Office*, sediado em Londres, e todas as outras questões burocráticas relacionadas ao controle da Índia, era fomentado com a receita da colônia. Os salários do vice-rei até os menores burocratas também estavam inclusos. No período da Primeira Guerra Mundial, Maddison (*ibidem*) afirma que a Índia arcou com um custo de 150 milhões de libras. Além do problema de escoação da economia indiana, nenhum incentivo era dado para investimentos e pouco era feito para que houvesse uma mudança técnica na agricultura.

O desmantelo econômico foi igualado politicamente. Em 1917, o governo britânico indicou que poderia, aos poucos, conceder um regime de autogoverno aos indianos. Algumas reformas foram inseridas: apesar do governo central – que há pouco havia sido transferido de Calcutá para Délhi – permanecer sob a tutela inglesa, algumas áreas foram transferidas para ministros indianos. Entre as novas responsabilidades estavam a agricultura e a arrecadação de impostos. Tais reformas, no entanto, foram concebidas juntamente com uma forte repressão. O auge, em 1919, foi o massacre em Amritsar, Punjab, quando 370 manifestantes foram assassinados em um protesto pacífico. Quando a Grã-Bretanha anunciou, unilateralmente, que o país e a Índia estavam em guerra com a Alemanha nazista, o partido do Congresso resolveu entregar os cargos que detinham no governo, estremecendo ainda mais a relação com a metrópole.

O descontentamento e as críticas da população indiana se concretizaram por meio do movimento *swadeshi*¹⁴, que buscava fortalecer o posicionamento dos nativos e de sua economia frente ao império britânico. Na prática, esse movimento instigou o boicote aos produtos estrangeiros – sobretudo os de origem inglesa – e a reinvenção daqueles produzidos no próprio país.

¹⁴ O termo *swadeshi* significa “da sua própria terra” e foi usado pelos nacionalistas (METCALF E METCALF, 2013, 358). Apesar de ser costumeiramente relacionado a Gandhi, o movimento já existia antes de sua ascensão à líder do movimento pela independência.

As influências do comando britânico foram, portanto, sentidas em duas dos principais setores da Índia: indústria e agricultura. Além das políticas britânicas já mencionadas, que ajudaram na desindustrialização do país, Maddison (2006) ressalta o papel das demandas e mudanças da tecnologia. A reestruturação social, com britânicos ocupando os papéis que pertenciam aos indianos na alta burocracia aumentou a demanda por produtos importados.

4.1.3. Nehru e a busca pela Industrialização

Com o fim do período colonial e o surgimento da república indiana em 1947, o país adotou uma estratégia de desenvolvimento que buscava romper, em definitivo, com o passado recente de exploração. A política adotada pelo governo se assemelhava bastante com a abordagem de desenvolvimento estruturalista da Cepal. Nehru, que foi quem inaugurou o cargo de primeiro-ministro na Índia, enxergava que o baixo desenvolvimento da indústria era a principal responsável pelo subdesenvolvimento.

Segundo Iwanek (2014), as principais facetas da economia indiana nas décadas de 1950 e 1960 eram: (1) industrialização; (2) restrição dos investimentos estrangeiros; (3) planejamento econômico; (4) fortalecimento das empresas estatais; (5) diminuir a dominação dos grandes proprietários de terra e; (6) reforma agrária.

Não é possível afirmar que no período de Jawaharlal Nehru as decisões econômicas eram dirigidas por um socialista. Boa parte dos setores da economia – com exceção daqueles considerados serviços essenciais – estavam na mão da iniciativa privada. Ainda assim, em 1950 o primeiro-ministro estabeleceu uma comissão de planejamento para a elaboração de planos quinquenais¹⁵. O primeiro (1951-1956) foi voltado para a agricultura e obteve, como resultado, um crescimento de 25% para o setor. Já o segundo (1956-1961), fazendo uso do modelo de Mahalanobis de desenvolvimento, tinha a indústria como foco, sobretudo a indústria pesada, como aço e ferro. O resultado foi um crescimento médio de 7% ao ano no início dos anos 1960 (METCALF E METCALF, 2013).

¹⁵ Apesar dos planos quinquenais já serem comuns na União Soviética, o modelo implantado por Nehru era diferente em pontos importantes. Enquanto toda a economia estava nas mãos do estado soviético, apenas os setores fundamentais (como ferrovias e energia elétrica) eram comandados pelo governo indiano. Ver Drèze e Sen (2015).

Com foco na independência econômica do país e baseando-se na ideia de autogoverno, já apresentada por Ghandi (2010), Nehru adotou a política de substituição, estimulando a produção de bens nacionais ao invés de sua aquisição via importação. Amsden (2007) apresenta quatro motivos para que os países em desenvolvimento prefiram indústrias nacionais em detrimento das multinacionais.

A primeira seria: “*multinational firms that operate in developing countries are all identical*” (AMSDEN, 2007, p. 144). Com isso, a autora quis ressaltar que todo o pessoal mais capacitado é mantido nas sedes de suas empresas, fazendo a subsidiária apenas uma ferramenta burocrática. O segundo, mais autoexplicativo, diz que “*under national ownership, any entrepreneurial rents or technological profits stay in the developing country rather than repatriated overseas*” (AMSDEN, 2007, p.144). Indo na mesma lógica do anterior, o terceiro motivo leva em consideração que tudo que há de melhor na empresa fica no país-sede. Isso inclui os investimentos mais importantes em pesquisa e desenvolvimento. Por fim, o quarto motivo diz que a globalização a partir de investimentos externos ajuda a entender o mercado, mas que é impossível investir em outros países sem que se tenha uma indústria nacional.

Sob o governo de Nehru, a Índia aprovou duas Resoluções de Política Industrial. Uma em 1948 e outra em 1956. A primeira seguiu as vontades do primeiro-ministro, separando as indústrias em quatro categorias: (1) a indústria estratégica, que seria controlada pelo setor público, incluía energia atômica, armas, munição e ferrovias; (2) indústrias-chave e básica. Nesse caso, empresas privadas que já existiam poderiam ser mantidas, mas apenas o governo central poderia lançar novos investimentos. Essa categoria incluía carvão, ferro e aço; (3) indústrias importantes, que poderiam estar nas mãos do setor privado, mas controlado pelo estado. Ao todo, 18 indústrias se encaixaram nessa categoria, como açúcar, o setor têxtil e eletricidade; e (4) “outras indústrias”, que são todas as que não foram mencionadas nas três categorias anteriores. Nesse caso, elas estavam abertas ao setor privado. A resolução de 1956 chegou para tentar completar a normatização econômica, trazendo atenção para as condições de vida da população, a disparidade de renda e de condições de saúde, assim como o desenvolvimento rápido e planejado, como redução da disparidade regional, e a expansão do setor público.

Para alcançar o objetivo que desejava, a política industrial do país passou a ser caracterizado por três principais elementos: papel dominante do setor público no

desenvolvimento da indústria pesada; regulação de investimentos do setor privado por meio de licenças; e distribuição e controle de preços (PANAGARIYA, 2008).

A política de substituição, no entanto, isolou o país ainda mais do comércio global, fazendo com que os consumidores tivessem que pagar preços cada vez mais elevado em um comércio que se via dominado pelos grandes capitalistas indianos que, apesar de serem regulados pelo Estado, podiam atuar de maneira livre, uma vez que não existia concorrência (METCALF E METCALF, 2013).

Ao mesmo tempo em que a indústria ganhava destaque no planejamento do governo central, a agricultura também se viu em um processo de recuperação. Apesar de um desempenho bem abaixo do industrial, é preciso ter em conta as políticas de “taxação extorsionária e comercialização forçada” (BALAKRISHNAN, 2007, p. 61) dos britânicos no período colonial. Assim, ainda que tenha havido pouco crescimento do setor sob o governo Nehru, tal desempenho pode ser interpretado como um período de recuperação.

Ainda assim, algumas políticas não foram completamente implementadas. O teto no tamanho das propriedades no campo, estabelecido no *Essential Commodities Act*, de 1955, não foi levado adiante. As terras não foram redistribuídas de fato, uma vez que os donos de terra repassaram parte dos seus terrenos para familiares antes que a lei fosse posta em prática pelos estados (PANAGARIYA, 2008).

A tabela 1, dividida entre os principais setores da economia indiana, mostra o reflexo das prioridades adotadas pelo governo Nehru nos primeiros anos da Índia independente.

O período Nehru, portanto, pôs um fim à estagnação da economia indiana que vinha desde o período colonial. O crescimento, como visto na tabela 1, reflete as prioridades da política econômica da época. A indústria e a manufatura tiveram, respectivamente, um crescimento de 6,7% e 6,6% em média. O desempenho da agricultura – que teve um crescimento médio de 2,9% – também é reflexo das decisões do primeiro-ministro Nehru.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Nehru)

Ano	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Manufatura	Serviços	PIB
1951-52	1,5	5,3	3,2	2,7	2,4
1952-53	3,2	0,4	3,5	3,1	2,7
1953-54	7,7	5,9	7,7	3,0	6,1
1954-55	2,9	8,1	7,0	4,8	4,2
1955-56	-0,9	10,2	7,8	5,1	2,5
1956-57	5,4	8,4	7,5	4,9	5,8
1957-58	-4,5	-0,3	3,9	3,8	-1,5
1958-59	10,1	6,7	5,0	4,3	7,8
1959-60	-1,0	6,9	6,8	5,1	2,1
1960-61	6,7	10,9	8,3	5,9	7,2
1961-62	0,1	7,1	8,5	5,5	2,9
1962-63	-2,0	6,9	7,3	5,8	2,0
1963-64	2,3	9,9	9,5	6,1	5,0
1964-65	9,2	6,8	6,9	5,9	7,7
1951-65	2,9	6,7	6,6	4,7	4,1

Fonte: elaboração do autor, com dados de Panagariya (2008).

4.1.4. O legado da família Nehru/Gandhi: Indira e Rajiv

Sob a tutela de Indira Gandhi – filha de Nehru, que ocupou o cargo de primeira-ministra em duas ocasiões (1966-1977 e 1980-1984) –, houve uma transformação significativa na forma de lidar com a economia nacional, tendo o governo indiano adotado práticas típicas da economia de comando.

Logo no início de seu governo, Indira Gandhi teve de enfrentar um problema econômico e social crítico. Entre 1965 e 1966 houve um declínio de 19% na produção de alimentos e o país precisou se voltar aos Estados Unidos em busca de ajuda. Na iminência de uma nova crise de fome no país, a primeira-ministra não queria se ver sempre necessitando da ajuda norte-americana. Foi nessa conjectura que ela deu início a chamada revolução verde. Essa revolução era baseada na utilização de novas variedades de sementes de alto rendimento, que haviam sido desenvolvidas no México e nas Filipinas. Essa nova variedade seria cultivada com o uso de fertilizantes químicos e o incremento da irrigação. Segundo Chandra, Mukherjee e Mukherjee (2011), as reformas tecnológicas na agricultura indiana mudaram a imagem do país, de pedinte para uma nação que chegava a ter um *superavit* alimentar.

Apesar de uma melhora na agricultura, os benefícios da revolução verde foram distribuídos de maneira desigual nas regiões do país. Punjab e Haryana, no noroeste do país, se tornaram os principais produtores agrícola do país graças ao seu sistema de

irrigação, que beneficiava as plantações de trigo. Por outro lado, Bengala – produtora de arroz – ficou cada vez mais para trás (METCALF E METCALF, 2013).

No que diz respeito à indústria, o governo Indira limitou a entrada de empresas em determinados setores, estabeleceu limites à expansão industrial e comercial e criou uma legislação trabalhista que “engessava a produtividade” (GANGULY E MUKHERJI, 2014, p. 33). A transformação na forma de lidar com o setor industrial pode ser vista nos resultados dos setores da economia.

Essas restrições se tornaram mais severas após a adoção de políticas econômicas que resultaram em alto custo político para a primeira-ministra e para o Congresso. Buscando ajuda financeira junto ao Banco Mundial e aos Estados Unidos, a Índia se comprometeu a seguir a política proposta pelo órgão internacional e desvalorizou a rúpia em 36,5%, diminuiu a proteção à importação, aumentou os impostos de exportação e diminuiu o subsídio aos exportadores. No entanto, a promessa que havia sido feita empréstimo de US\$ 900 milhões por ano não foi cumprida, jogando a imagem do governo Indira em descrédito, uma vez que os Estados Unidos e o Banco Mundial não haviam cumprido sua parte do acordo (PANAGARIYA, 2008).

Foi a partir de 1969, então, que teve início o chamado “Indira Raj”, quando se nacionalizou todos os maiores bancos do país e foi implementado o *Monopolies and Restrictive Trade Practices Act*. Iwanek (2014) chega a afirmar que o período de 1969 a 1977 – o primeiro mandato de Indira – foi o período de maior controle estatal sobre a economia no país. Após as eleições de 1971, ela aprovou uma emenda constitucional que restringia o direito à propriedade, aboliu as pensões privativas dos príncipes indianos e nacionalizou as companhias de seguro e minas de carvão. Já em 1973, foi criado o *Foreign Exchange Regulation Act*, que restringia o investimento externo.

A tabela 2 mostra o desempenho de cada setor no período do governo Indira Gandhi.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Indira)

Ano	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Manufatura	Serviços	PIB
1965-66	-11,0	3,8	0,9	2,8	-3,7
1966-67	-1,4	3,3	0,8	3,1	1,1
1967-68	14,9	3,1	0,4	3,9	8,5
1968-69	-0,2	5,0	5,5	4,6	2,5
1960-70	6,4	7,8	10,7	5,2	6,3
1970-71	7,1	1,0	2,3	4,9	5,0
1971-72	-1,9	2,7	3,3	3,6	0,9
1972-73	-5,0	3,7	3,9	3,0	-0,5
1973-74	7,2	1,1	4,4	3,3	4,5
1974-75	-1,5	1,6	2,9	4,5	1,2
1975-76	12,9	6,6	2,1	6,8	9,4
1976-77	-5,8	8,7	8,8	4,6	0,9
1977-78	10,0	6,9	6,2	5,0	7,5
1978-79	2,3	7,6	12,4	6,7	5,1
1979-80	-12,8	-3,1	-3,2	2,2	-5,2
1980-81	12,9	4,7	0,2	4,5	7,7
1965-81	2,1	4,0	3,9	4,3	3,2

Fonte: elaboração do autor, com dados de Panagariya (2008).

A tabela acima mostra que apesar de todos os setores terem apresentado uma queda no período Indira, é notável que a indústria foi o que mais sofreu, com uma queda de 2,7 pontos percentuais em relação ao período anterior. A queda nos serviços e na agricultura, por sua vez, não chegou a atingir um ponto percentual. O crescimento do próprio PIB também não sofreu um impacto tão grande quanto o setor industrial.

Enfrentando acusações de fraude nas eleições de 1971, Indira foi considerada culpada em 1975 e, ao invés de sair do poder, criou um estado extraordinário de Emergência, que lhe deu uma sobrevida até 1977. No mesmo ano, o Congresso anunciou uma eleição surpresa para março de 1977. O partido, no entanto, foi derrotado por uma coligação liderada pelo Janata. Sua política econômica foi voltada para a agricultura de subsistência, e devido a safras recordes durante o governo obteve sucesso moderado. Em 1980, no entanto, o Congresso saiu vencedor e Indira foi reinstalada no poder. No segundo governo, devido a uma política fortemente baseada na religião, Indira cultivou inimigos importantes. Em 1984 o descontentamento atingiu o auge e a primeira-ministra foi assassinada por seus guarda-costas siques.

Apesar de o marco da transição de uma economia fechada para uma de caráter liberal seja o início dos anos 1990, Rajiv Gandhi já havia tentado implementar algumas políticas econômicas pró-mercado durante seu governo (1985-1989). Com educação

inglesa e sem histórico na política, o herdeiro de Indira passou a dar ênfase à modernização da economia indiana. Aos poucos, a política de substituição das importações ia sendo trocada pela redução dos controles e das tarifas de exportação. A adoção dessas práticas, no entanto, foi barrada por capitalistas indianos que viam nesse novo modelo econômico uma ameaça aos seus privilégios. Mas ante de enfrentar os políticos e burocratas, Rajiv pôs em prática algumas pequenas reformas:

As regulamentações que regiam o tamanho das empresas foram eliminadas; os impostos sobre patrimônio e herança foram reduzidos; e o emaranhado de licenças que restringia a importação de bens de consumo duráveis e produtos de alta tecnologia como computadores foi simplificado (METCALF E METCALF, 2013, p. 284).

Dessa forma, é possível dizer que foram os anos 1980 que iniciaram a abertura da economia indiana (RODRIK E SUBRAMANIAN, 2005). Politicamente, Rajiv também se mostrou mais maleável do que sua mãe. Descentralizou o poder de Nova Déli e passou a incluir os pequenos partidos regionais que não faziam parte da base do Congresso (METCALF E METCALF, 2013). Foi também sob a tutela de Rajiv que a indústria da tecnologia da informação passou a ter mais espaço. O governo disse querer levar a Índia direto “do século 16 para o século 21, da era do carro de boi para a era do computador pessoal” (GUHA, 2007, p. 572-573).

Esse desenvolvimento a todo custo, no entanto, resultou em alguns resultados drásticos para o país. O problema mais agudo foi o caso de vazamento de gás em Bhopal, Madhya Pradesh. Entre os dias 2 e 3 de dezembro de 1984, um acidente em uma planta que trabalhava com pesticida – e que era controlada pela empresa americana *Union Carbide* – causou a morte de 7 mil trabalhadores (METCALF E METCALF, 2013). A falta de fiscalização na atuação desse tipo de empresa foi apontada como a principal causa do acidente. Esse tipo de problema ainda é constante no país. Segundo um estudo de Rao et al. (2005), apenas em um distrito de Andhra Pradesh, em um intervalo de seis anos, mais de oito mil pessoas foram internadas devido a envenenamento por pesticida.

Com a diminuição das licenças, a já expressiva classe média passou a ter espaço para consumir bens duráveis, que antes eram restritos a uma minoria. Segundo Guha (2007), o número de *scooters* e motocicletas vendidas cresceu 25% em 1984-85, enquanto a venda de carros viu um crescimento de 52%.

O fim de Rajiv foi semelhante ao de sua mãe. Ao se envolver na política comunitária, ele criou inimizade com seguidores de algumas religiões, sobretudo a

minoria tâmil majoritariamente hindu. As diferenças atingiram seu auge em 1991, quando o primeiro-ministro foi assassinado vítima de uma “mulher-bomba” enquanto estava em campanha visando as eleições daquele mesmo ano.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento por Setores (Período Rajiv)

Ano	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Manufatura	Serviços	PIB
1981-82	5,3	8,0	8,0	5,4	6,0
1982-83	0,7	3,7	6,6	6,7	3,1
1983-84	9,6	8,1	10,1	5,5	7,7
1984-85	1,5	5,8	6,6	6,3	4,3
1985-86	0,7	4,8	3,9	7,9	4,5
1986-87	0,6	6,9	7,0	7,4	4,3
1987-88	1,3	6,6	7,3	6,5	3,8
1981-88	2,1	6,3	7,1	6,3	4,8

Fonte: elaboração do autor, com dados de Panagariya (2008).

Após ter perdido o poder em 1989, o Partido do Congresso se aproveitou da comoção causada pela morte de Rajiv e, com um governo de coalizão, conseguiu colocar Narasimha Rao no cargo de primeiro-ministro. Manmohan Singh assumiu, simultaneamente, o cargo de Ministro das Finanças. Foi a partir daí que a Índia caminhou de forma mais firme em direção às reformas. A economia passou a receber estímulo à competição, mas com ausência de regulamentação. Ainda assim, como aconteceu no governo de Rajiv, existiam setores da economia indiana que se viam como possíveis perdedores.

4.1.5. Crise da dívida e reformas: a Índia entre os séculos 20 e 21

Em 1991, após décadas de isolamento, a Índia se encontrava em profunda dívida externa, próxima a um *default* em relação às suas obrigações de pagamentos internacionais. Rao precisou enfrentar altos pagamentos da dívida, “reserva escassa de moeda estrangeira e uma avaliação de crédito tão baixa que foi forçado a adiantar reservas de ouro para garantir empréstimos estrangeiros” (METCALF E METCALF, 2013, p. 308).

Apesar de a economia pré-reformas não ser considerada uma economia comunista ou socialista, as transformações tiveram o mesmo caráter que em países da extinta União

Soviética: um processo de liberalização. Para Aslund (2001), essa é uma transição da escassez de bens e serviços para uma escassez de dinheiro. Ou seja, uma mudança do mercado de vendedores para o mercado de compradores, e uma “transferência do poder econômico dos produtores para os consumidores” (ASLUND, *ibidem*, p. 159).

Para Bhaduri e Nayyar (1996), a crise e as subsequentes reformas – iniciadas logo no primeiro orçamento do governo Rao – foram o resultado de erros persistentes da política econômica que se acumularam desde os anos 1980. O problema, no entanto, não seria tão simples quanto a equação envolvendo os altos gastos do governo, financiado por empréstimos devido à sua pouca receita. As dificuldades se tornaram insuportáveis não apenas porque o nível de gastos era alto, mas principalmente porque a produtividade dos gastos era extremamente baixa em relação à mais alta taxa de interesse à qual o governo tomava empréstimo. Em outras palavras, o problema não era o empréstimo em si, mas o seu mau uso. Depois de esgotar todas as possibilidades de empréstimo no exterior, e sem espaço para manobra, a Índia precisava do Fundo Monetário Internacional (FMI) para conseguir novos empréstimos e tentar recuperar o respeito de bom pagador no mercado internacional. Assim, a crise da balança de pagamento abriu espaço para uma reforma radical como “pílula” para sanar as deficiências da economia indiana. Como lembra Metcalf e Metcalf (2013), ao prometer mudanças na conduta da economia do país, o então ministro Singh obteve um empréstimo de US\$ 1,4 bilhão do FMI.

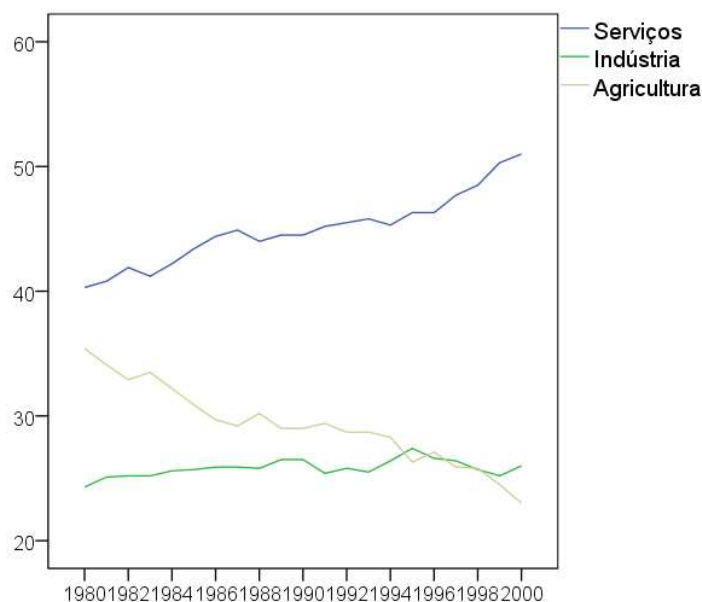
A Índia, a partir das reformas, passou a fazer parte dos países que estavam sob a influência da ortodoxia convencional econômica do Consenso de Washington. Assim como as antigas repúblicas soviéticas e também os países recém democratizados da América Latina, a Índia se viu obrigada a transformar sua política econômica em troca de ajuda financeira dos Estados Unidos e das organizações financeiras e econômicas mundiais.

No entanto, o programa de estabilização imposto pela organização, juntamente com o programa de ajuste estrutural do Banco Mundial, não teve um custo baixo. Enquanto os programas tentavam controlar a inflação e evitar um colapso da balança de pagamento, questões como desemprego, pobreza e privação econômica não passavam de “menções” no projeto de estabilização (BHADURI E NAYYAR, 1996). As reformas estruturais buscavam melhorar a utilização do recurso, basicamente, da seguinte forma: aumentando o grau de abertura da economia e mudando a estrutura de incentivos e instituições em favor da iniciativa privada e contra intervenções do Estado. Levando em

conta os conceitos traçados no início do trabalho, podemos observar características da escola neoliberal de desenvolvimento no novo direcionamento da política econômica indiana.

Com um novo desenho, a economia não foi impulsionada pela agricultura ou pela indústria, mas pelo setor heterogêneo de “serviços” (figura 3). Dentro desse grupo, são os trabalhos com uso intensivo de qualificação que receberam um *boom* salarial. Isso significa dizer que apenas a parcela mais bem-educada da população foi beneficiada, deixando intocada aqueles mais pobre, que trabalham no campo ou no chão das fábricas.

Figura 3 - Composição do PIB por setores (1980-2000)



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

É possível dizer que as áreas de tecnologia da informação e farmacêutica se tornaram os principais motores da desigualdade da economia indiana com o restante do mundo. Bangalore, em Karnataka, passou a ser referida como o “Vale do Silício indiano”, enquanto Haiderabad, em Andhra Pradesh, se tornou um “centro de alta tecnologia para empreendimentos comerciais globais” (METCALF E METCALF, 2013, p. 308).

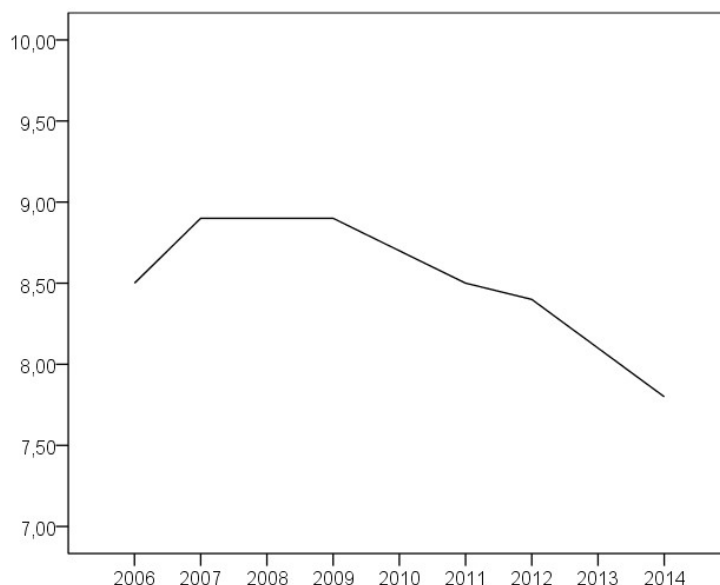
Como visto na figura 3, o setor de serviços saiu de uma participação de 40,3% do PIB nacional em 1980 para 51% em 2000. Essa alavancagem foi impulsionada pela tecnologia da informação (TI) e pelo campo farmacêutico. As exportações e serviços de TI e serviços duplicaram duas vezes no pós-reforma: entre 2004 e 2005, e 2005 e 2006 (GANGULY E MUKHERJI, 2014).

A indústria teve um crescimento menor do que 2 pontos percentuais. Ou seja, manteve-se estável durante as duas décadas. A agricultura, por sua vez, apresentou uma queda de 12,4 pontos percentuais no mesmo período. Portanto, como foi possível ver no primeiro capítulo, não foi a indústria a principal responsável pela criação da desigualdade dentro do país.

Na Índia, foram as empresas de pequeno e médio porte que ajudaram na propulsão do investimento estrangeiro. Apesar das barreiras terem sido levantadas, os grandes capitalistas do país tentavam “sabotar” o capital externo por medo de perder espaço no mercado. Por outro lado, a reserva inexplorada de trabalhadores, que não se enquadravam nesse novo momento econômico do país, fez com que os salários fossem mantidos em um nível de praticamente subsistência (PATNAIK, 2009). Grupos tradicionais no país, como o grupo Tata, soube tirar proveito do novo momento. Ratan Tata – presidente do grupo – adotou duas importantes posturas: aumentou a produção das empresas que faziam parte do conglomerado e partiu para uma forte globalização, com a compra da “companhia anglo-holandesa *Corus Steel*” (GANGULY E MUKHERJI, 2014, p. 91).

Dados do *Fund For Peace*¹⁶ mostram que a desigualdade de desenvolvimento econômico no país ainda é grande (figura 4). Com dados coletados entre 2006 e 2014, os países próximos de 0 seriam os que apresentam menor desigualdade, enquanto mais próximo de 10 significa mais desigual. O índice da organização se assemelha ao Índice de GINI, mas foi preferido por conter dados agrupados, que permitem uma comparação feita de ano em ano.

¹⁶ <http://fsi.fundforpeace.org/data>

Figura 4 - Desenvolvimento Econômico Desigual

Fonte: elaboração do autor, com dados do *Fund For Peace*.

Apesar da linha apresentar uma queda, isso só acontece devido à escala do gráfico. Os dados mostram que a variação máxima do índice para a Índia foi de 8,9 enquanto a mínima – obtida no último ano de mensuração (2014) – foi de 7,8. Em quase uma década o país permanece flertando com o extremo do índice que aponta maior desigualdade.

As reformas implementadas no início dos anos 1990 proporcionaram um maior crescimento econômico, mas foi apenas quando o governo central passou a dar mais atenção aos deserdados que as externalidades da reforma passaram a ser, ainda que de forma pouco eficiente, remediadas. Atitudes como a criação da Lei do Direito à Informação (2005), Lei Mahatma Gandhi de Garantia Nacional de Empregos Rurais (2005), e Lei do Direito à Educação (2009) são o início da busca por um processo de maior paridade.

4.2. Questões sociais

Lembrando que o desenvolvimento de um país vai além da taxa de crescimento de sua economia, precisamos estar atentos também à desigualdade social. Para Guha (2007), um dos motivos de a Índia ainda sofrer com desigualdade é a constante falta de investimento por parte do governo central em áreas sociais delicadas. Damos atenção sobretudo à saúde e à educação.

Historicamente, boa parte dos problemas sociais enfrentados pelo país tem origem em sua cultura milenar. Formado majoritariamente por hindus, mas também por muçulmanos, siques e cristãos, a Índia ainda convive com a influência religiosa na economia local e também na política.

Além disso, desde o processo de independência o país não conseguiu combater com veemência os problemas herdados do período colonial. As desigualdades construídas pelos ingleses, tanto entre regiões como entre “classes”, foram perpetuadas pelas políticas do Congresso e pelos breves governos da oposição (quase sempre em governos de coalizão).

Durante discurso de celebração da independência, Nehru disse que servir a Índia significava colocar um fim na pobreza, na ignorância, nas doenças e nas oportunidades desiguais. É compreensível que essas fossem as principais preocupações do recém-empossado primeiro-ministro.

4.2.1. Educação

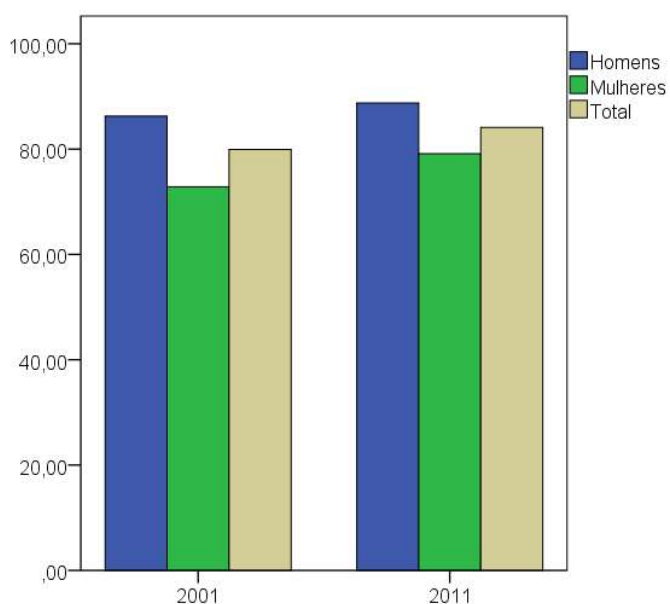
O problema educacional do país também vem de uma herança de exclusão dos indianos por parte dos colonizadores ingleses. Como Costa Lima (2013) lembra, Kingdon (2007) afirma que o primeiro censo pós-independência, realizado em 1951, mostrava que apenas 9% das mulheres em todo o país eram alfabetizadas no momento em que a Índia se tornou independente. Entre os homens, o número era de 27%. Em 1991, os dados haviam melhorados, mas ainda não eram animadores. Apenas 39% das mulheres e 64% dos homens eram alfabetizados (GUHA, 2007). Já em termos de gastos públicos, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2000, indicam que 4,3% do PIB do país era investido em educação. Doze anos depois, o percentual havia caído para 3,3%. Esses números corroboram o argumento de Drèze e Sen (2015), quando afirmam que o planejamento posto em prática na Índia pós-independência pouco fez para aumentar as oportunidades de escolarização da população.

Um dos principais problemas pode ser a privatização da educação do país, sobretudo por meio da ausência de investimento do poder público. Segundo Mehrotra (2006), existem essencialmente quatro tipos de escolas na Índia: escolas governamentais (incluindo aqueles sob a tutela de governos locais); escolas privadas, subsidiadas pelo governo; escolas privadas sem subsídio; e escolas privadas, mas não reconhecidas. No

entanto, devido à falta de investimento do governo, as escolas particulares ganharam espaço. Para se ter uma ideia, o problema de escolas com apenas uma sala de aula parece estar confinada a escolas mantidas pelo governo. Ainda de acordo com Mehrotra (*ibidem*), nas áreas rurais do país, o setor puramente privado – que não conta com nenhuma forma de auxílio governamental – vem se expandindo, sobretudo nos estados com educação “disfuncional”. Esses estados são, em sua maioria, representados por um baixo nível de renda per capita.

O reflexo desses problemas já pode ser observado. De acordo com o último censo, realizado em 2011, 84,11% da população urbana com mais de sete anos de idade era alfabetizada (figura 5), contra 67,77% na área rural. Quando esses dados são estratificados baseado no sexo, a diferença se torna ainda maior. Entre a população urbana, 88,76% dos homens eram alfabetizados. Já entre a população rural, 77,15%. A comparação entre as mulheres das duas áreas, no entanto, é a que apresenta a maior disparidade, com uma diferença de mais de 20 pontos percentuais (79,11% entre as moradoras da área urbana ante 57,93% das que vivem na zona rural).

Figura 5 - Alfabetizados na Área Urbana (% da população com idade 7+)

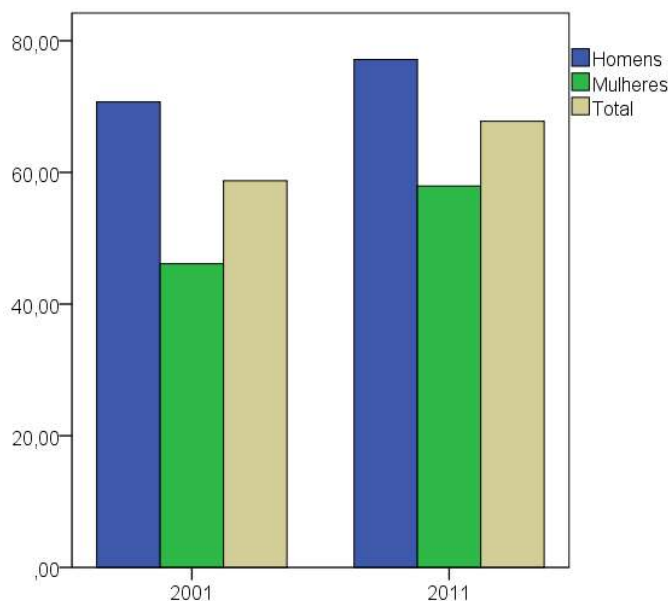


Fonte: elaboração do autor, com dados do Censo da Índia (2011).

Ainda nas áreas urbanas, historicamente mais desenvolvidas em questões sociais, os homens ainda têm um percentual maior de alfabetização do que as mulheres. Em 2011, de acordo com o censo indiano, a diferença era de aproximadamente 10 pontos

percentuais. Ainda assim, nenhum dos casos (homens ou mulheres) chegam a 90% de alfabetizados.

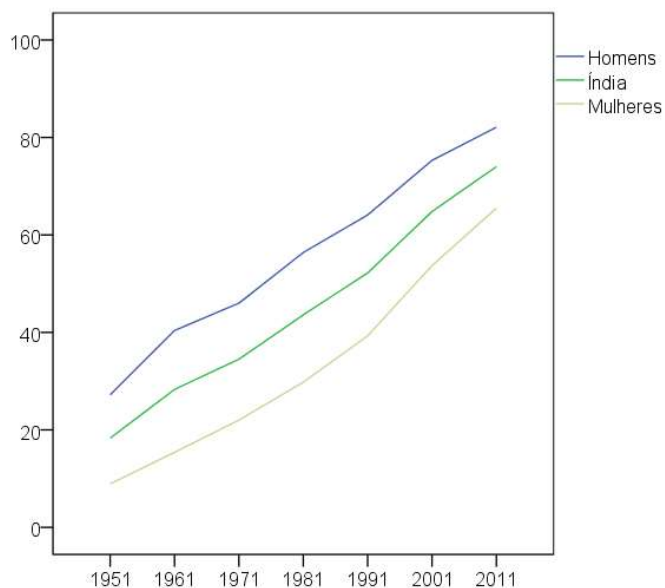
Figura 6 - Alfabetizados na Área Rural (% da população com idade 7+)



Fonte: elaboração do autor, com dados do Censo da Índia (2011).

Quando considerado apenas as áreas rurais do país a situação é pior (figura 6). Em termos absolutos, a quantidade de cidadãos que vivem longe das cidades e são analfabetos é de aproximadamente 30%. Em 2011, a diferença entre homens e mulheres chega a 20 pontos percentuais.

Na figura 7 podemos ver um espelho da taxa de alfabetização no país, desde 1951. Apesar de haver um crescimento contínuo para ambos os sexos, é perceptível que nas décadas de 1960 e 1970 os homens se distanciaram mais, e apenas nas décadas de 2000 e 2010 as mulheres voltaram a fechar o *gap* existente.

Figura 7 - Taxa de Alfabetização, por sexo

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2011).

Colocando a educação em uma perspectiva histórico-comparada com parte de seus vizinhos, a Índia aparece bem atrás de seus pares da Ásia Oriental (tabela 4). Tanto em taxa de alfabetização de adultos e de mulheres jovens, os indicadores da Índia são pouco expressivos.

Tabela 4 - Taxa de Alfabetização na Ásia do Sul e Oriental

País	Taxa de alfabetização de adultos (% de pessoas alfabetizadas na faixa etária de 15 anos ou mais)			Taxa de alfabetização entre mulheres jovens (% de mulheres alfabetizadas na faixa etária de 15-24 anos)	
	1960	1980	2010	1980	2010
<i>Sul da Ásia</i>					
Índia	28	41	63	40	74
Bangladesh	22	29	57	27	78
Nepal	9	21	60	15	78
Paquistão	15	26	55	24	61
Sri Lanka	75	87	91	90	99
<i>Ásia Oriental</i>					
China	n/d	65	94	82	99
Indonésia	39	67	93	82	99
Malásia	53	70	93	87	98
Filipinas	72	83	95	93	98
Tailândia	68	88	94	96	98
Vietnã	n/d	84	93	94	96

Fonte: elaboração do autor, a partir de Sen e Drèze (2015).

Em relação aos países da região sul do continente asiático, a Sri Lanka se destaca nos dois índices apresentados na tabela acima. A Índia, no que diz respeito à taxa de alfabetização dos adultos, só fica atrás da própria Sri Lanka. Em relação à taxa de alfabetização de jovens mulheres, no entanto, a lógica é contrária: apenas um país – Paquistão – está atrás da Índia. Os países da Ásia Oriental se mostram mais bem preparados em todos os quesitos. Em 2010 – último ano apresentado na tabela –, todos os países da sub-região estão próximo de 100%.

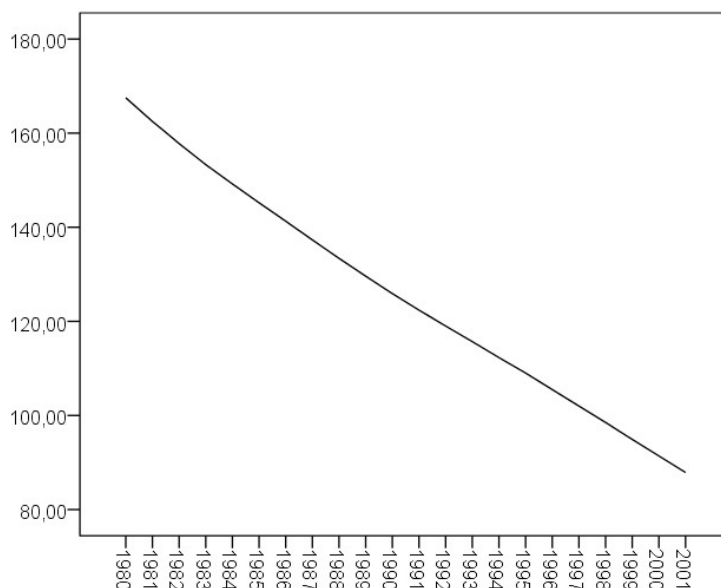
Além do problema de cobertura, simbolizado pelo número ainda baixo de alfabetismo no país, Drèze e Sen (2015) chamam atenção para a questão da precária qualidade de ensino. Segundo os autores, um teste realizado em 2006 indicou que metade dos alunos de quarta e quinta série não conseguiam “fazer uma multiplicação de apenas um algarismo, ou uma simples divisão por cinco” (DRÈZE E SEN, *ibidem*, p. 140).

Uma educação frágil põe em cheque a possibilidade de um desenvolvimento inclusivo. Drèze e Sen indicam que as consequências para um país com uma educação de baixa qualidade vão desde uma má qualidade de vida, passam pela perspectiva de emprego, e chegam aos direitos sociais e políticos. A saúde – que tratamos em seguida – também é impactada pela qualidade da educação.

4.2.2.Saúde

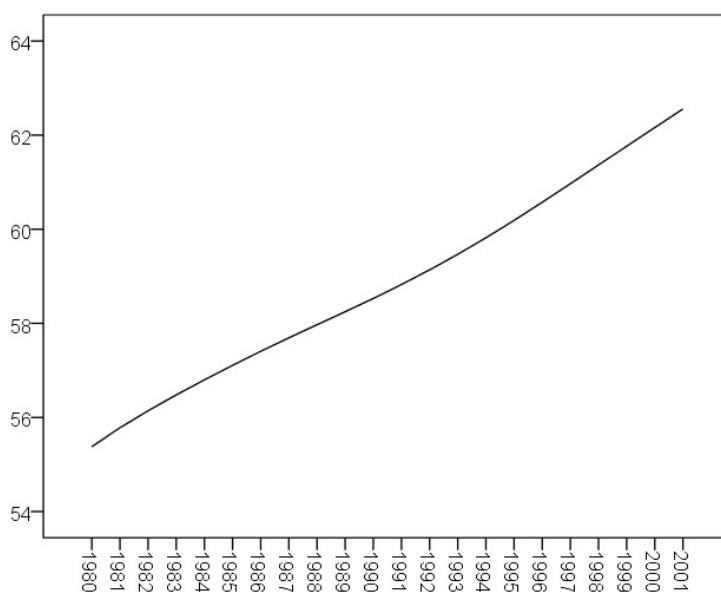
A Índia ainda possui um nível de saúde problemático. Durante o período colonial, Das Gupta (2005) lembra, a saúde pública tinha como objetivo somente proteger os cidadãos britânicos e os acampamentos do exército. Esse problema, porém, não foi superado desde a independência do país. O gasto do governo com saúde, nos últimos 20 anos, teve uma média de apenas 1% do PIB (DRÈZE E SEM, 2015). Tendo como foco específico os serviços clínicos, a saúde pública, voltada majoritariamente para a prevenção, segue negligenciada (DAS GUPTA, 2005).

Ainda assim, alguns índices apresentem melhoras. Dois dados específicos parecem ser animadores para o país: a taxa de mortalidade infantil (figura 8) e a expectativa de vida dos indianos ao nascer (figura 9). Entre os anos de 1980 e 2001 há uma queda no primeiro e uma ascensão no segundo.

Figura 8 - Taxa de Mortalidade Infantil, 1980-2001

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Em 1980, a taxa de mortalidade infantil da Índia – que mede o número de crianças como menos de 5 anos que morrem em cada 1 mil – saiu de 167,5/mil para 87,9/mil, em uma taxa quase constante. Essa redução acelerada foi reconhecida, embora tenha havido uma desaceleração a partir do começo do século 21 (SHARMA, 2008). As mortes neonatais ainda são preocupantes e o motivo da desaceleração na queda da taxa de mortalidade infantil.

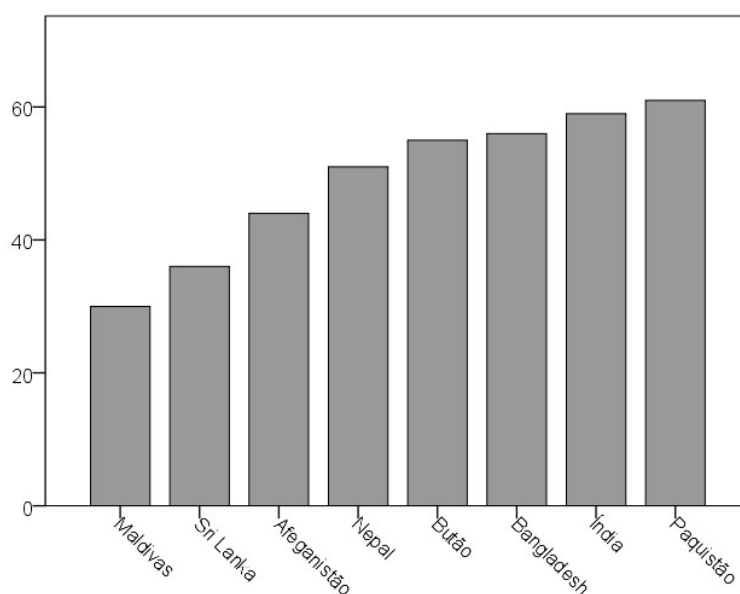
Figura 9 - Expectativa de Vida, 1980-2001

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Os indianos também passaram a viver mais. Em 1980, a expectativa média de vida era de 55,38 anos. Duas décadas depois, em 2001, essa expectativa havia alcançado 62,56 anos. É importante levar em conta a diferença entre os estados do país. Um exemplo, mostrado por Pal e Ghosh (2007), é o de que enquanto a expectativa de vida em Madhya Pradesh é de 55 anos, em Kerala ela chega a 73. Mais à frente, no fim do capítulo, veremos a diferença interestadual da Índia.

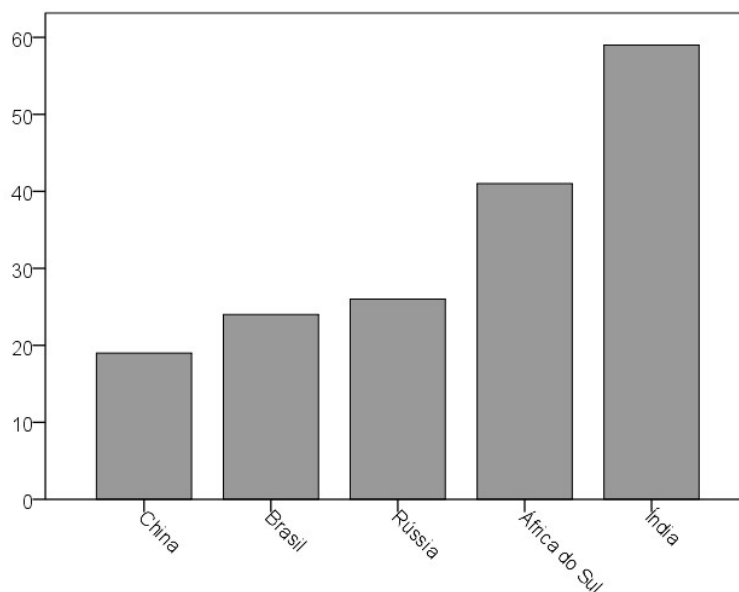
Esses indicadores, no entanto, não refletem a realidade da saúde no país. Por exemplo: a prevalência de anemia em crianças também com até 5 anos de idade era de 59% em 2011 – último ano mensurado pelo Banco Mundial. A Índia está bem atrás dos seus vizinhos do sul asiático (figura 10).

Figura 10 - Prevalência de Anemia em Crianças, 2011 (Sul Asiático)



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Apenas o Paquistão tem uma taxa pior do que a indiana: 61%. Quando comparamos com países um pouco mais desenvolvidos, como o restante dos Brics, os indicadores indianos são ainda mais desastrosos.

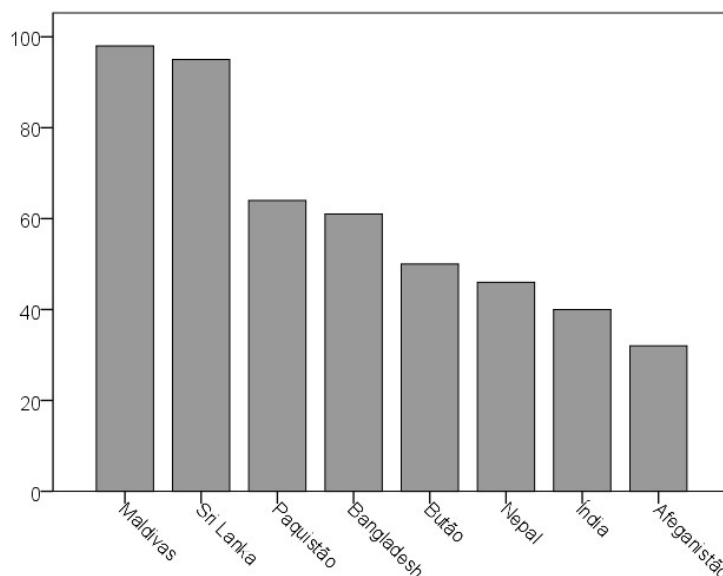
Figura 11 - Prevalência de Anemia em Crianças, 2011 (Brics)

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

O país é o pior dentre os seus pares dos Brics. A África do Sul, com 41%, está a 18 pontos percentuais de distância da Índia. A China, com o melhor indicador, tem uma prevalência de 19% de suas crianças com até cinco anos sofrendo com anemia. Ainda completam a figura o Brasil (24%) e a Rússia (26%).

Condições sanitárias mínimas, que facilitariam a prevenção de doenças já erradicadas em boa parte do ocidente, também são fontes de problemas para a Índia. Apenas uma pequena parcela da população tem acesso a instalações sanitárias “melhoradas”. Em 2015, apenas 40% da população conseguia fazer necessidades em locais cobertos e com descarga. Fazendo um esforço de comparação semelhante, vemos que os vizinhos do país estão bem à frente (figura 12).

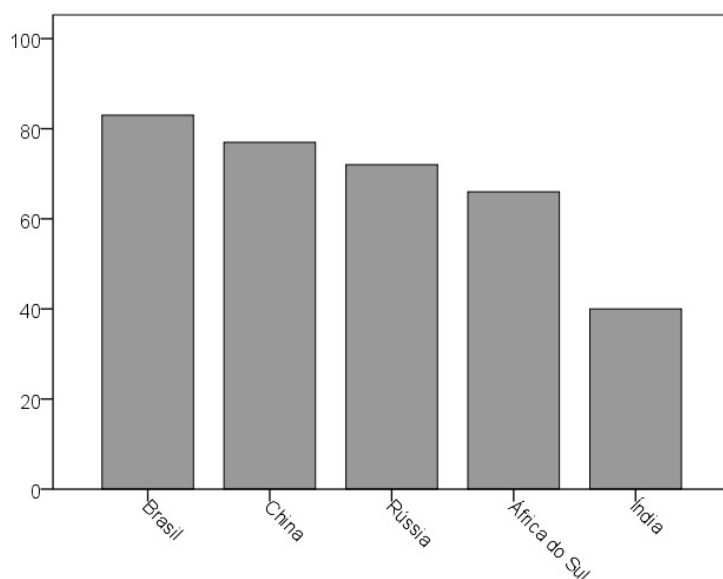
Figura 12 - População com acesso a instalações sanitárias melhoradas¹⁷, 2015 (Sul Asiático)



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Apenas o Afeganistão (32%), que notavelmente tem passado por um longo período de transtorno social e intervenções persistentes de forças estrangeiras, possui um valor inferior ao indiano. Maldivas (98%) e Sri Lanka (95%), por outro lado, se distanciam do restante do subcontinente. No entanto, comparando o restante dos países dos Brics (figura 13), a situação da Índia se mostra ainda mais problemática.

Figura 13 - População com acesso a instalações sanitárias melhoradas, 2015 (Brics)



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

¹⁷ Para o Banco Mundial, as instalações sanitárias melhoradas (mencionadas nas figuras 11 e 12) são aquelas que incluem descarga, sistema canalizado para esgoto, latrina e banheiro seco.

A Índia é o país que tem o menor número de pessoas com acesso a instalações sanitárias melhoradas dentro do grupo. A África do Sul, que aparece com a segunda pior marca, está 26 pontos percentuais à sua frente. O Brasil (83%) aparece em primeiro lugar, seguido por China (77%) e Rússia (72%).

Como Das Gupta (2005) aponta, uma saúde pública de má qualidade causa uma série de impactos negativos, como “reduzir atração de investidores e turistas; gasto contínuo para combater doenças que já deveriam estar no passado (...)” (DAS GUPTA, 2005, p. 5159). Ela continua: “os pobres pagam caro em termos de debilidade, reduzida capacidade de ganhos, gastos com saúde e morte” (*ibidem*).

Outros problemas sociais, ainda que não sejam foco da pesquisa, merecem uma menção não exaustiva. A Índia sofre com um grave problema de insegurança alimentar. O modelo de estratificação também permanece arraigado no país, apesar de ter sido oficialmente banido pela constituição construída ainda no período de Nehru¹⁸. Ainda que os “inter-jantares” tenham passado a ser comum no país, e até alguns casamentos entre membros de castas distintas, a política se tornou marcadamente um local de representação de castas (GUHA, 2007). As castas “atrasadas” passaram a usar as eleições como forma de se organizar e ganhar poder político e econômico.

No entanto, o poder burocrático ainda se mantinha nas mãos das castas mais altas. Por isso, em 1991 foi aprovada uma lei que garantia que 27% dos empregos no governo indiano deveriam ser ocupados pelas castas atrasadas. Em resposta, houve protesto dos mais abastados, que viam diminuir suas chances de ocupar esse mesmo espaço.

Ainda que o levante político das castas mais baixas possa representar uma melhoria em comparação com as décadas anteriores, Chaudhury (2012) chama atenção para o fato da desigualdade existente dentro das próprias castas. Segundo o autor, apenas o “creme” de cada uma consegue ascender.

Além disso, a desigualdade rural-urbana se tornou uma questão socialmente problemática, tendo em vista o alto número de suicídios de camponeses. Oficialmente, mais de 199 mil trabalhadores de terra tiraram a própria vida entre 1997 e 2008 (DESHMUKH, 2011). Segundo Costa Lima (2013), o motivo que leva esses pequenos

¹⁸ O próprio B. R. Ambedkar – “jurista brilhante” (GUHA, 2007) tido como um dos pais da constituição indiana – era de origem *dalit* (intocável). Ele ainda foi o primeiro a assumir o cargo de Ministro da Justiça, entre 1947 e 1950, na Índia independente.

fazendeiros a adotarem prática tão extrema não é tão difícil de compreender: a falta de cuidado do governo central com as áreas rurais – que concentra a maior parte da população pobre do país – impediu que os trabalhadores continuassem tendo acesso a terras comunais para criar animais e produzir alimentos. Foi nessa perspectiva que os grupos *naxalitas*¹⁹ ganharam espaço no país.

Apesar de tratarmos da Índia sendo representada como um todo, é preciso estar atento às diferenças regionais. A pluralidade cultura e econômica do país não permite que um estudo sobre a Índia seja bem-sucedido sem que verifique o mosaico.

Tabela 5 - Indicadores para Principais Estados da Índia, 2005

Estado	Indicadores Relacionados à Educação			Indicadores Relacionados à Saúde		
	Alfabetização entre mulheres, 15-49 anos, 2005-6 (%)	Proporção de crianças de 6-14 anos frequentando a escola, 2005-6 (%)	Proporção de crianças de 8-11 anos que passam em um teste simples de leitura, 2004-5 (%)	Taxa de mortalidade de abaixo dos 5 anos, 2005-6 (por mil)	Proporção de crianças totalmente imunizadas, 2005-6 (%)	Proporção de mulheres adultas com baixo índice de massa corporal, 2005-6 (%)
Andra Pradesh	49,6	81,4	50	63,2	46,0	33,5
Assam	63,0	84,4	72	85,0	31,4	36,5
Bihar	37,0	62,2	44	84,8	32,8	45,1
Chhattisgarh	44,9	81,1	61	90,3	48,7	43,4
Gujarat	63,8	83,0	64	60,9	45,2	36,3
Haryana	60,4	84,1	65	52,3	65,3	31,3
Himachal Pradesh	79,5	96,2	83	41,5	74,2	29,9
Jammu e Caxemira	53,9	87,8	40	51,2	66,7	24,6
Jharkhand	37,1	71,7	59	93,0	34,2	43,0
Karnataka	59,7	84,0	53	54,7	55,0	35,5
Kerala	93,0	97,9	82	16,3	75,3	18,0
Madhya Pradesh	44,4	89,1	46	94,2	40,3	41,7
Maharashtra	70,3	87,2	66*	46,7	58,8	36,2
Odisha	52,2	77,5	58	90,6	51,8	41,4
Punjab	68,7	85,3	66	52,0	60,1	18,9
Rajastão	36,2	75,4	55	85,4	26,5	36,7
Tamil Nadu	69,4	93,9	79	35,5	80,9	28,4
Uttar Pradesh	44,8	77,2	39	96,4	23,0	36,0
Uttarakhand	64,6	90,4	63	56,8	60,0	30,0
Bengala Ocidental	58,8	79,7	51	59,6	64,3	39,1
Índia	55,1	79,6	54	74,3	43,5	35,6

* Incluindo Goa. / Fonte: elaboração do autor, a partir de Sen e Drèze (2015).

¹⁹ Grupo armado de comunistas maoístas. Eles controlam cerca de 92 mil km². Ver Costa Lima (2013).

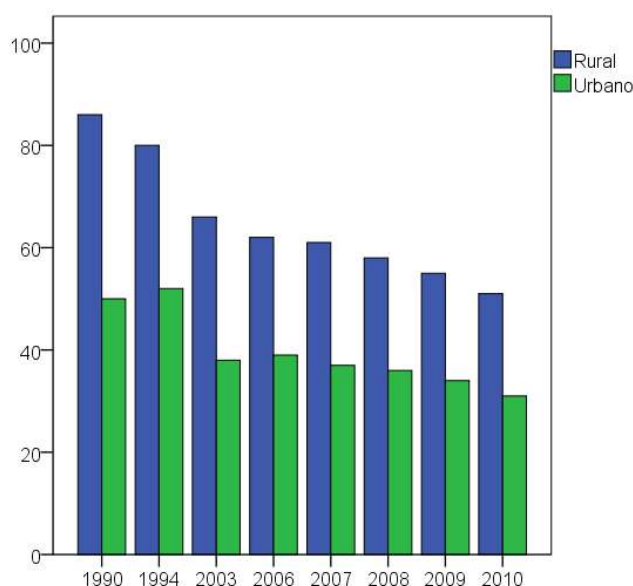
Como bem lembra Costa Lima (2015), “os desníveis regionais não são apenas fenômenos internacionais, mas também nacionais” (p. 18). Ainda que estivesse falando do centro-periferia dentro das cidades, é possível expandir esse argumento para uma visão regional. Dessa forma, é preciso que se faça um esforço para observar as regiões indianas em separado. A tabela acima faz um apanhado dos principais estados indianos, tendo 2005 como ano base.

O mosaico interno do país pode ser percebido por meio de “oásis” como o estado de Kerala. Os melhores índices da tabela são desse estado, que fica localizado no sul do país. Enquanto ele apresenta um percentual de 93% de mulheres com idade entre 15 e 49 anos de idade alfabetizadas, estados como Bihar (37%) e Rajastão (36,2%) ficam muito atrás.

Em índices relacionados à saúde o padrão se repete. Enquanto a taxa de mortalidade infantil é de 16,3 para cada mil crianças com idade de até 5 anos, em Uttar Pradesh esse valor chega a 96,4.

A diferença entre áreas urbanas e rurais também é grande, ainda que ela venha caindo com o passar dos anos. A figura 14 mostra que em 1990 a taxa de mortalidade infantil na área rural era de 86/mil. Já nas áreas urbanas a taxa era de 50/mil.

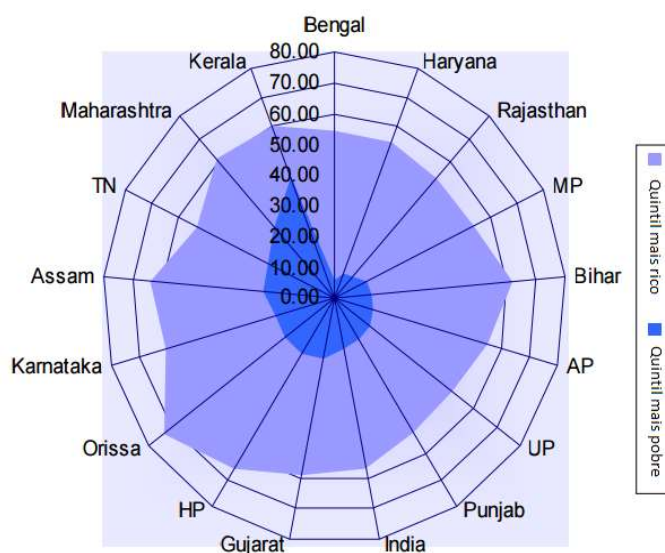
Figura 14 - Mortalidade Infantil, por Área



Fonte: elaboração do autor, a partir de Governo da Índia (2012).

Com o passar do tempo, a diferença caiu, mas se manteve acentuada. Em 2010, a taxa de mortalidade infantil nas áreas rurais havia caído para 51/mil (valor semelhante obtido pelas áreas urbanas ainda em 1990), enquanto nas cidades o índice atingiu 31/mil.

Figura 15 - Acesso à escola secundária²⁰, por quintil



Fonte: elaboração do autor, a partir do Banco Mundial (2006).

Com um estudo específico para a educação secundária (figura 15), realizado em 2006 pelo Banco Mundial, as diferenças entre os estados indianos são mais uma vez visíveis. Enquanto 40% da população do quintil mais pobre de Kerala tem acesso à escola secundária, esse valor é praticamente inexistente em Bengala e Haryana.

O modelo do sistema político indiano é um dos principais responsáveis pela divergência entre os estados do país. Com liberdade para adotar políticas econômica e social própria, o Partido Comunista, que assumiu o governo de Kerala pela primeira vez em 1957, deu ênfase à saúde e educação, fazendo com que o estado se descolasse do restante do país²¹.

²⁰ O Governo da Índia trata como ensino secundário aquele destinado a adolescentes com idade entre 14 e 18 anos. Ver: <http://mhrd.gov.in/overview-secondary-education>.

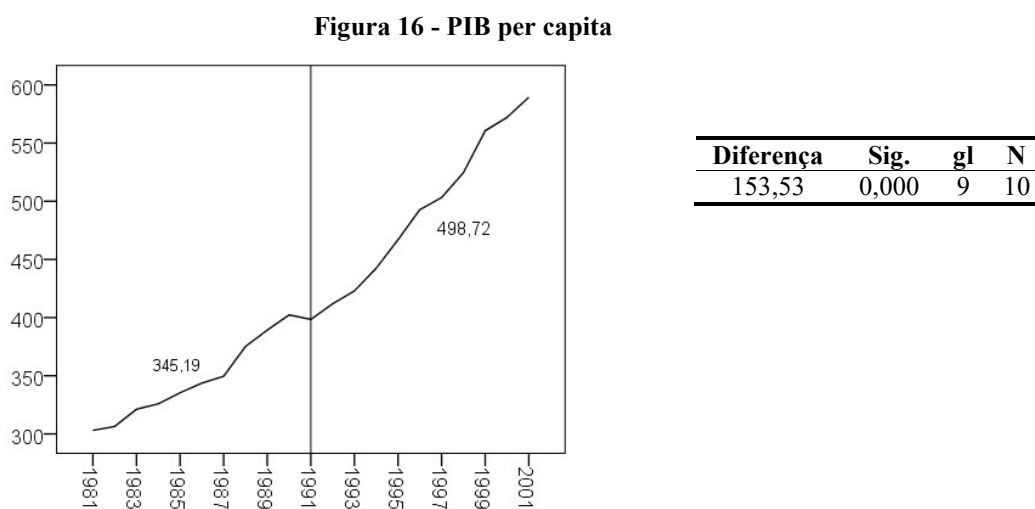
²¹ Para obter informações mais completas e uma visão crítica da chamada Experiência de Desenvolvimento de Kerala, ver Parayil, org. (2000).

5. Análise da Índia “antes e depois” da reforma

Partimos agora para uma abordagem mais empírica do trabalho. Iremos analisar as variáveis de interesse – apresentadas no quadro 4, na parte metodológica – por meio de teste t para amostras emparelhadas. O primeiro período (“antes”) vai de 1980 a 1990, enquanto o segundo (“depois”) segue de 1991 a 2001. Como queremos analisar a relação das reformas liberais com os desempenhos econômico e social, dividiremos a análise a partir de três dimensões: (1) econômica (2) educacional e (3) de saúde.

É importante ressaltar que, por usarmos como metodologia o teste de média para amostras emparelhadas, não se pode fazer inferências de causalidade. Levando em conta todo o debate sobre o caminhar da economia do país e seus problemas sociais, nos basearemos na teoria para fazermos afirmações sobre os resultados encontrados.

Começaremos a análise com os dados que dizem respeito diretamente à economia do país. Utilizamos o gráfico de linha para tornar a informação mais intuitiva e apresentamos as principais informações estatísticas²². O primeiro indicador que avaliamos é o PIB per capita da Índia (figura 16).



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

No segundo período da análise, o PIB per capita médio dos indianos teve um acréscimo de 153,53 dólares. Isso implica dizer que em termos de puro crescimento

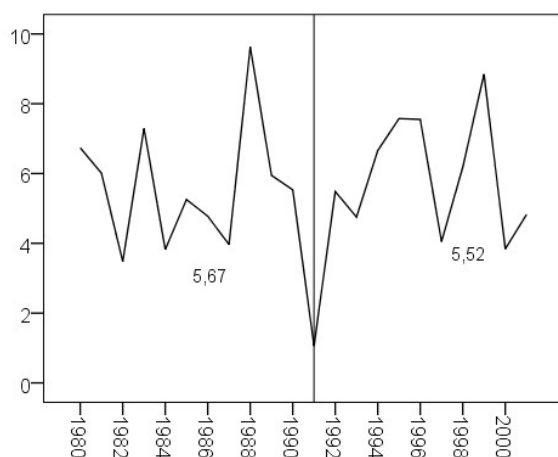
²² As tabelas completas dos testes t para amostras emparelhadas podem ser encontradas no Apêndice B.

econômico, o período pós-reforma se mostrou mais favorável para o país. O valor obtido para essa análise foi estatisticamente significativo ($p\text{-valor} < 0,01$).

Ao analisar o PIB per capita é preciso levar em conta as limitações da utilização desse indicador como forma de mensurar o progresso de um país. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) apontam alguns problemas nessa abordagem. A possibilidade de esconder discrepância na distribuição de renda é um exemplo. Um crescente PIB per capita indica que o bolo cresceu, mas não que foi necessariamente repartido de forma equivalente entre os cidadãos. De forma mais direta, os autores sugerem que outros três indicadores sejam criados para que possam acompanhar o PIB per capita: o de bem-estar subjetivo; de capacidades; e de alocações justas.

Seguindo a análise econômica do país, partimos para dois índices costumeiramente utilizadas como *proxies* para o poder de produção da economia de um país, assim como de sua dinâmica: a taxa de crescimento econômico e a energia per capita consumida (figuras 17 e 18).

Figura 17 - Taxa de Crescimento Econômico



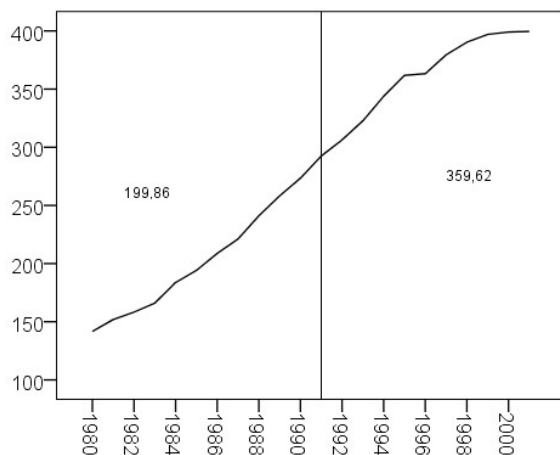
Diferença	Sig.	gl	N
-0,14	0,852	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

A diferença entre as médias da taxa de crescimento econômico entre os dois períodos não é estatisticamente significativa. É possível perceber que o intervalo de confiança da diferença entre o antes e depois sai de um número negativo para um positivo, o que significa que ele passa por zero e, dessa forma, pode ser inexistente. Além disso, o próprio $p\text{-valor}$ é superior ao recomendado nas ciências sociais (0,05). Dessa forma,

podemos dizer que as reformas liberais e a consequente abertura do mercado para o capital estrangeiro não causaram um impacto na taxa de crescimento a partir de 1991.

Figura 18 - Energia per capita consumida



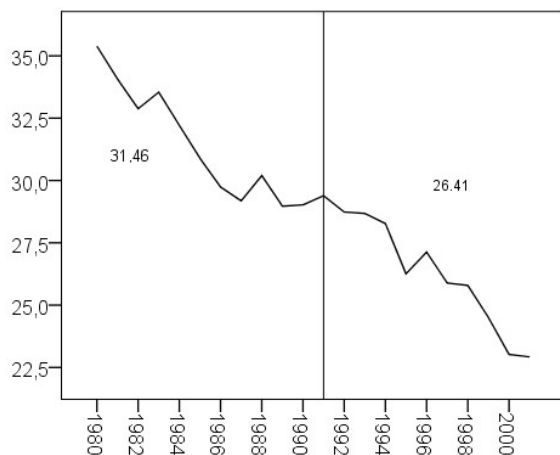
Diferença	Sig.	gl	N
159,75	0,000	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Por outro lado, o consumo per capita de energia teve um aumento médio de 159 quilowatt-hora (kWh) no segundo período. Isso implica dizer que a população indiana passou a consumir mais energia. Desde Kraft e Kraft (1978), tal índice é utilizado como consequência ou causa de transformações na economia, entendendo que um alto consumo representaria uma economia ativa, tanto do ponto de vista da demanda quanto da oferta.

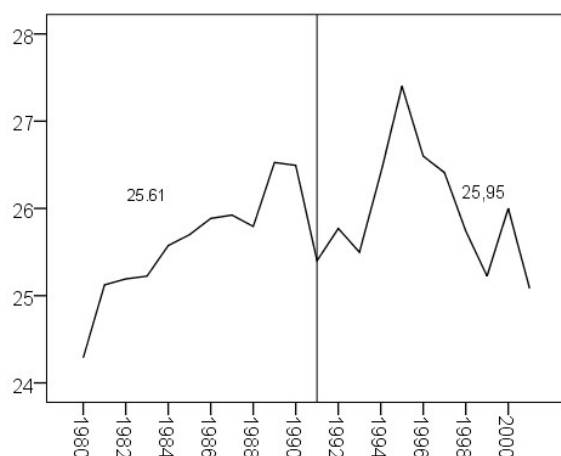
Passamos a avaliar a reação dos setores econômicos às reformas iniciadas em 1991. Assim, observamos a participação da agricultura, da indústria e dos serviços no PIB total do país (figuras 19, 20 e 21).

Figura 19 - Parcela do PIB da Agricultura



Diferença	Sig.	gl	N
-5,04	0,000	10	11

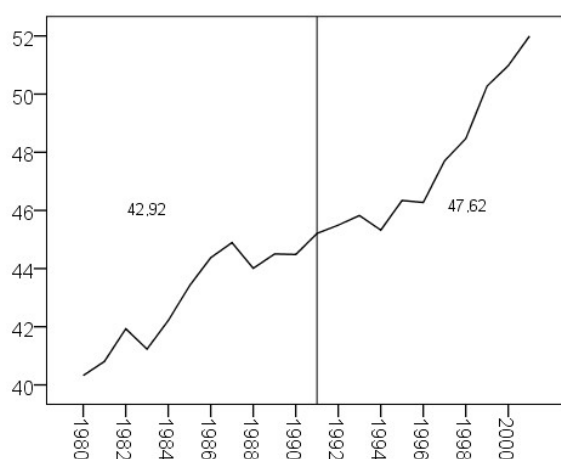
Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Figura 20 - Parcela do PIB da Indústria

Diferença	Sig.	gl	N
0,34	0,250	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

É possível perceber que a agricultura foi a que mais sofreu. Houve uma queda de 5 pontos percentuais na participação do setor agrícola no segundo período, se comparado com o primeiro. Dos três setores, é o único que apresenta queda. Por outro lado, o setor de serviços – como já mostrado no capítulo anterior – passou a ter uma participação maior. Após as reformas, a parcela do PIB representada por serviços teve um crescimento de 4,7 pontos percentuais.

Figura 21 - Parcela do PIB de Serviços

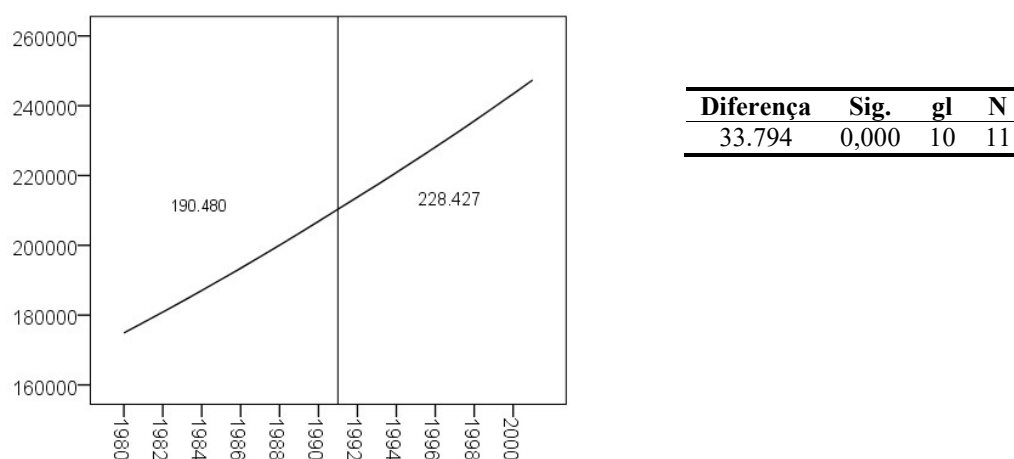
Diferença	Sig.	gl	N
4,70	0,000	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

A indústria, por sua vez, manteve-se da mesma forma. Com uma diferença de média que não é estatisticamente significativa, isso implica dizer que não houve diferença em sua participação entre os dois períodos em análise.

Levando em conta a possibilidade de um desenvolvimento dualista, é preciso dar atenção à média de pessoas empregadas na agricultura. Esse número ainda maior no segundo período do que no primeiro.

Figura 22 - Parcela da Agricultura na Força de Trabalho



Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Nos anos estudados pós-reforma, há uma média de cerca de 38 milhões de pessoas a mais trabalhando nas áreas rurais. Levando em conta os dados das figuras 19 e 22, é de se esperar que o desenvolvimento da Índia não siga no caminho de um desenvolvimento dualista nos moldes de Lewis (1954). A tabela 6, que apresenta a parcela de cada setor no emprego na Índia, serve para descrever o formato que o desenvolvimento se dá no país.

Tabela 6 - Emprego por setor (% do total)

Setor	1999-2000	2004-05	2009-10
Agricultura	59,9	56,6	53,2
Manufatura	11,1	12,2	11
Não-Manufatura	5,3	6,5	10,5
Serviços	23,7	24,7	25,3
Total	100	100	100

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

Apesar de a agricultura ter tido uma redução de 6,7 pontos percentuais entre 1999-2000 e 2009-10, ela continua sendo a atividade econômica mais representativa, com 53,2%. A indústria manufatureira manteve-se estável, sem incorporar novos trabalhadores. Esse não-movimento é reflexo da também estável participação do setor no PIB do país. O que desponta, portanto, é o setor de serviços, muito graças ao *boom* na área de tecnologia da informação.

Como Patnaik (2009) argumenta, um aumento na taxa de crescimento não serve para dirimir o hiato social de um país, mas deve acentuá-lo ainda mais. Em termos de desigualdade, as reformas parecem ter piorado ainda mais a situação do país. Ao analisarmos a parcela do top 1% e do top 0,1% no lucro bruto (figuras 23 e 24), o problema de má distribuição de renda se torna aparente.

Figura 23 - % de renda detido pelo top 1%



Diferença	Sig.	gl	N
1,84	0,001	8	9

Fonte: elaboração do autor, com dados de Atiknson e Morelli (2014).

As figuras mostram que os ricos passaram a deter uma parcela ainda maior da renda do país. Aqueles que estão entre o 1% dos mais ricos tiveram um incremento de 1,8 ponto percentual. O gráfico acima mostra que no fim dos anos 1980, quando a Índia passava por um descrédito internacional, esse estrato da população estava perdendo renda. Foi a partir das reformas liberais, iniciadas 1991, que eles voltaram a concentrar renda.

Figura 24 - % de renda detido pelo top 0,1%



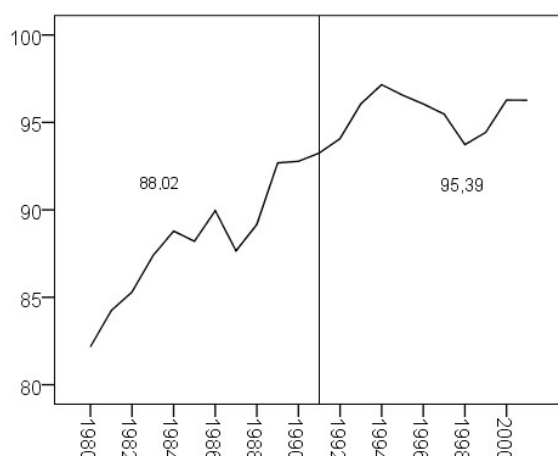
Diferença	Sig.	gl	N
1,05	0,000	8	9

Fonte: elaboração do autor, com dados de Atiknson e Morelli (2014).

Os que estão ainda mais no topo – aqueles que representam o 0,1% – cresceram 1 ponto percentual. O gráfico da figura 24 mostra um efeito similar ao da figura 23: uma queda no fim dos anos 1980 e uma ascensão a partir das reformas. Os achados parecem, portanto, corroborar a ideia apresentada por Harvey, de que a neoliberalização foi “desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 26).

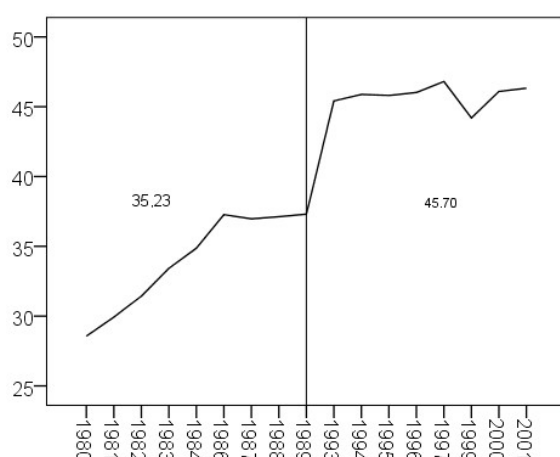
Depois de analisarmos os índices relacionados com a economia do país, passamos a analisar o desempenho da educação e da saúde nos dois períodos aqui propostos. Essa análise se justifica pelo fato de uma servir como propulsora da outra. Como Drèze e Sen (2015) colocam:

(...) a expansão da liberdade e das capacidades humanas é o fim para o qual o crescimento do PIB, entre outros fatores, serve como importante meio. O crescimento gera recursos com os quais os esforços públicos e privados podem ser sistematicamente mobilizados para ampliar a educação, os serviços de saúde (...) (DRÈZE E SEN, 2015, p. 10).

Figura 25 - Matrículas no Ensino Primário

Diferença	Sig.	gl	N
7,36	0,000	10	11

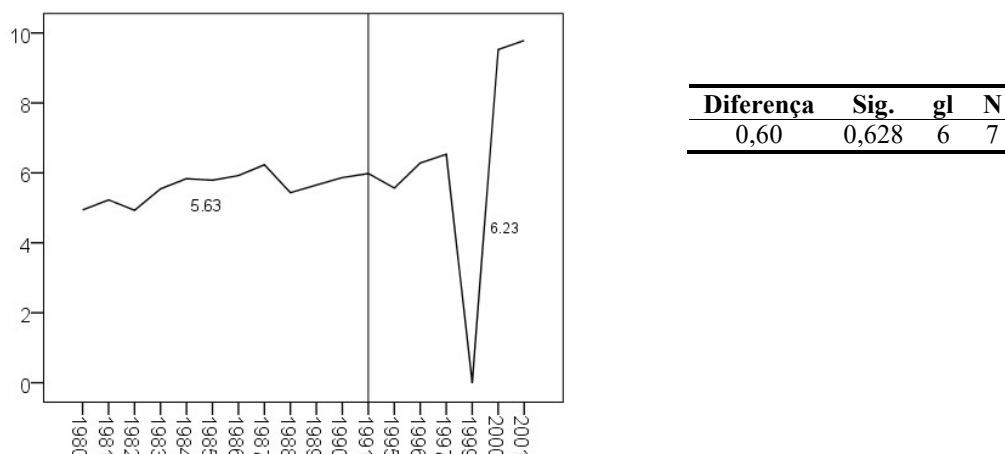
Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

Figura 26 - Matrículas no Ensino Secundário

Diferença	Sig.	gl	N
10,46	0,000	5	6

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

A educação primária (ensino fundamental) e secundária (ensino médio) tiveram um maior número de alunos matriculados na segunda fase, pós-reformas. Ambos apresentam números importantes. As matrículas do ensino primário tiveram um acréscimo de 7,4. No ensino secundário, o valor foi ainda mais expressivo: 10,5.

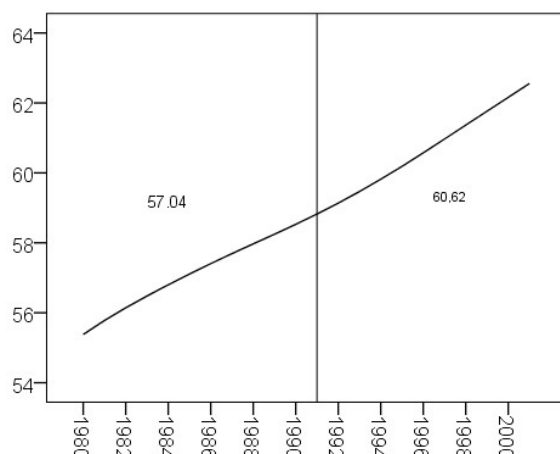
Figura 27 - Matrículas no Ensino Terciário

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

As matrículas do ensino terciário – que representa o ensino superior –, no entanto, não foram estatisticamente significativas. Ou seja, praticamente não houve mudança entre os anos pré- e pós-reforma.

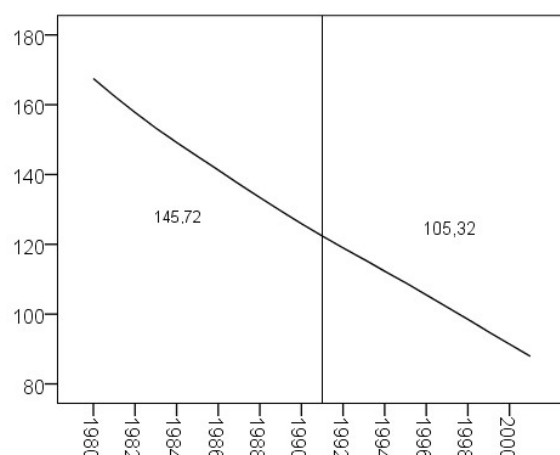
Os dados encontrados acima corroboram a ideia de que apenas a parcela mais rica da população está preparada para assumir postos de trabalho que exijam mão de obra qualificada. Esse dado também é reflexo da grande parcela da população que ainda vive em áreas rurais, com baixo investimento do governo na educação superior. Para se ter uma ideia, em 2014 – de acordo com o Banco Mundial –, 68% da população indiana vivia em áreas rurais.

No que diz respeito aos índices de saúde (figuras 28 e 29), medidos a partir da expectativa de vida e mortalidade infantil, o país parece haver avançado, mas não no mesmo ritmo que a economia.

Figura 28 - Expectativa de Vida

Diferença	Sig.	gl	N
3,57	0,000	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Figura 29 - Mortalidade Infantil

Diferença	Sig.	gl	N
-40,40	0,000	10	11

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

A expectativa de vida dos indianos passou a ser, em média 3,6 anos superior no segundo período, em relação ao primeiro. Já a mortalidade infantil teve uma queda média de 40,4 por mil. Ainda assim, os indicadores de saúde parecem não ter acompanhado a velocidade da economia. Apesar da queda na taxa de mortalidade infantil, a média ainda ficou acima de 100 a cada mil.

6. Conclusão

A principal conclusão que podemos sublinhar, fazendo referência direta ao tema aqui proposto, é que as reformas liberais não fizeram com que a Índia tivesse um modelo dualista de desenvolvimento. Vimos que a agricultura, apesar de apresentar queda, continua sendo o principal empregador no país e que a indústria – setor que supostamente deveria passar a corresponder por uma parcela maior dos empregados, tendo em mente o modelo de Lewis (1954) – se manteve estável.

Essa situação pode ser vista refletida na participação de cada setor no PIB indiano. A indústria, assim como na empregabilidade, permaneceu praticamente imutável na comparação de média entre os períodos de 1980-90 e 1991-2001. A agricultura perdeu fôlego e o setor de serviços, puxado sobretudo pela tecnologia da informação, passou a ter uma participação maior.

Se formos levar em conta, de forma isolada, os indicadores econômicos, a Índia pode servir de exemplo para os demais países em desenvolvimento. Após as reformas liberais, tanto o consumo per capita de energia quanto o PIB per capita cresceram. Isso foi possível mesmo que a taxa de crescimento econômico tenha se mantido, em média, a mesma nos dois períodos estudados.

Embora o crescimento econômico seja necessário para o bem-estar da população, ele não é suficiente. Os problemas sociais da Índia não estão sendo resolvidos com a mesma velocidade em que a economia do país cresce. A expectativa de vida, apesar de maior entre 1991-2001, cresceu de maneira lenta. A taxa de mortalidade infantil é outro exemplo disso. Houve uma redução, mas ela ainda estava acima de 100 a cada mil no segundo período. Os dados também apontaram para um crescimento desigual, com um maior acúmulo de riqueza tanto para o top 1% quanto para o top 0,1% da população.

Levando todos os pontos aqui considerados, podemos afirmar, como fizeram Drèze e Sen (2015), que a Índia pode ser considerada como metade Califórnia e metade África Subsaariana. Uma solução ao problema é oferecida por Patniak (2008). Para ele, o governo deveria direcionar mais esforços para os camponeses. Assim, seria solucionado o problema do excedente de mão-de-obra do país. Aos que dizem que um governo que externa preocupação social não pode ser tão eficiente quanto aqueles voltados para o mercado, a afirmação de Bhaduri e Nayyar (1996) é clara: apenas em um mundo

governado pela dicotomia se pode acreditar que o fato de algo não ter dado certo (intervenção do Estado), apenas o seu oposto (o livre-mercado) terá condições de triunfar.

Podemos extrapolar e afirmar que o modelo de desenvolvimento indiano no período pré-reforma foi similar ao apresentado pela Cepal. Buscando maior independência dos países desenvolvidos, e tentando se livrar do estigma de ser apenas exportador de matéria-prima, os governantes da Índia buscaram fortalecer a indústria local. Por outro lado, a partir do início dos anos 1990, o país passou a adotar práticas mais liberais. Sob a mira do Banco Mundial e do FMI, diminuiu as barreiras à importação, permitindo que o capital estrangeiro entrasse no país. Assim, apesar de não haver uma característica dualista em sua economia, os problemas sociais não foram superados.

Aproveitamos nossas conclusões para traçar algumas sugestões para pesquisas futuras. Levando em conta o mosaico que é a Índia, seria importante que se fizesse um estudo apresentando e comparando as características regionais do país. A justificativa é que os dados agregados do país podem passar a ideia de uma realidade que só existe nos números. Como já apresentamos neste trabalho, existem estados com realidades completamente diferentes em relação à saúde e educação. No quesito econômico, essas diferenças permanecem.gm

A principal dificuldade seria encontrar dados regionais, ou estaduais, para se trabalhar. Esperamos, no entanto, que essa realidade mude. O próprio governo indiano vem trabalhando há três anos na construção de um grande catálogo de dados (<https://data.gov.in/>). Para quem pretende trabalhar com uma série grande, o futuro ainda parece temeroso. O governo indiano, apesar do seu censo, não possui uma boa série histórica de dados e parece olhar apenas para o futuro. Dessa forma, é preciso confiar em outras fontes que constroem índices com cálculos baseados em dados estimados.

7. Referências

- ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty*. Crown Business. 2012.
- AGHION, Philippe; BURGESS, Robin; REDDING, Stephen; ZILIBOTTI, Fabrizio. *The Unequal Effects of Liberalization: theory and evidence from India*. Department of Economics, London School of Economics. 2003.
- AGRESTI, Alan e FINLAY, Barbara. *Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais*. Porto Alegre: Penso. 2012.
- AMSDEN, Alice. *Escape From Empire: the developing world's journey through heaven and hell*. MIT Press. 2007.
- _____. *The Rise of "The Rest": challenges to the West from late-industrializing economies*. Oxford University Press. 2011.
- ASLUND, Anders. *Building Capitalism: the transformation of the former Soviet Bloc*. Cambridge University Press. 2001.
- ATKINSON, Anthony B. e MORELLI, Salvatore. *Chartbook of Economic Inequality*. In: <http://www.chartbookofeconomicinequality.com/>. 2014.
- BALAKRISHNAN, Pulapre. The Recovery of India: Economic Growth in the Nehru Era. In: *Economic & Political Weekly*, nov., 2007.
- BARDAN, Pranab. Economics of Development and the Development of Economics. In: *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 7, nº 2, p. 129-142. 1993.
- BHADURI, Amit. *The Face You Were Afraid to See: essays on the Indian economy*. New Delhi: Penguin Books India. 2009.
- BHADURI, Amit e NAYYAR, Deepak. *The Intelligent Person's Guide to Liberalization*. New Delhi: Penguin Books India. 1996.
- BOSLAUGH, Sarah. *Statistics in a Nutshell*. O'Reilly. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia do Desenvolvimento: do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELORME PRADO, Luiz Carlos. *Desenvolvimento Econômico e Crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.
- CHANDRA, Bipan; MUKHERJEE, Mridula; e MUKHERJEE, Aditya. *India Since Independence*. Penguin Books. 2011.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva comparada*. São Paulo: Unesp. 2004.

_____. *Economia: Modo de Usar – um guia básico dos principais conceitos econômicos*. São Paulo: Portfolio-Penguin. 2015.

CHAUDHURY, Pradipta. Será que Casta Indica Privação? In: COSTA LIMA, Marcos (org.). *Política Internacional Comparada: o Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul*. São Paulo: Alameda. 2012.

CHOMSKY, Noam. *Profit Over People: neoliberalism and global order*. New York: Seven Stories Press. 1999.

COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimento Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 41, p. 21-34. 2001.

COSTA LIMA, Marcos. Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia. In: *Desigualdade & Diversidade*, nº 7, p. 137-152. 2010.

_____. A Experiência Indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza. In: *Estudos Internacionais*. Vol. 1, n. 2, p. 185-203. 2013.

_____. As Teorias do Desenvolvimento: a propósito dos conceitos de centro e periferia. In: *Século XXI*, vol. 6, nº 1, p. 11-22. 2015.

CRESWELL, John W. e PLANO CLARK, Vicki L. *Pesquisa de Métodos Mistos*. Porto Alegre: Penso. 2013.

DAFOE, Allan. Science Deserves Better: the imperative to share complete replication files. In: *PS: Political Science & Politics*, vol. 47, nº 1, p. 60-66. 2014.

DAS GUPTA, Monica. Public Health in India: dangerous neglect. In: *Economic and Political Weekly*, vol. 40, nº 49, p. 5159-5165. 2005.

DESHMUKH, P. V. Farmers Suicide in India, In: *Indian Streams Research Journal*, vol. 1, nº 1, p. 113-117. 2011.

DEWATRIPONT, M. e ROLAND, G. The Virtues of Gradualism and Legitimacy in the Transition to a Market Economy. In: *The Economic Journal*, vol. 102, nº 411, p. 291-300. 1992.

DRÈZE, Jean e SEN, Amartya. *Glória Incerta: a Índia e suas contradições*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

FRIEDMAN, Milton. *A Memorandum to the Government of India 1955*. In: <http://indiapolicy.org/debate/Notes/friedman.htm> (acessado em 06/07/2015).

- FURTADO, Celso. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1996.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Ed. Nacional. 1979.
- GANGULY, Sumit e MUKHERJI, Rahul. *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2014.
- GANDHI, M. K. *Hind Swaraj: autogoverno da Índia*. Brasília: Funag. 2010.
- GUHA, Ramachandra. *India After Gandhi: the history of the world's largest democracy*. New York: HarperCollins Publishers. 2007.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola. 2011.
- INDIA. *Industrial Policy Resolution, 1956*. Disponível em: <http://eaindustry.nic.in/handbk/chap001.pdf> (acessado em 12/11/2015).
- _____. Census India. 2011. Disponível em: http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/mp/07Literacy.pdf (acessado em 23/07/2015).
- _____. Educational Statistics at a Glance. 2011.
- _____. Children in India: a statistical appraisal. 2012.
- IWANEK, Krzysztof. The Political Economy of Hindu Nationalism: from V.D. Savarkar to Narendra Modi. In: *International Journal of Knowledge and Innovation in Business*, Vol. 2, nº1, p. 1-38. 2014.
- JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: replication in University Teaching. In: *International Studies Perspectives*, doi: 10.1111/insp.12104. 2015.
- KANNAN, K.P. Dualism, Informality and Social Inequality: an informal economy perspective of the challenge of inclusive development in India. In: *The Indian Journal of Labour Economics*, vol. 32, nº 1. 2009.
- KING, Gary. Replication, Replication. In: *PS: Political Science & Politics*, v. 28, nº 3, p. 444-452. 1995.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; e VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press. 1994.
- KINGDON, Geeta Gandhi. The Progress of School Education in India. In: *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 23, nº 2, p. 168-195. 2007.
- KRAFT, J. e KRAFT, A. On the Relationship Between Energy and GNP. In: *Journal of Energy Development*, vol. 3, p. 401-403. 1978.

- LEWIS, W Arthur. Economic Development With Unlimited Supplies of Labour. In: *The Manchester School*, vol. 22, nº 2, p. 139-191. 1954.
- LIEBERSON, Stanley. Small N's and Big Conclusions: an examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases. In: *Social Forces*, 70(2): 307-320. 1991.
- LIPSET, Seymour Martin. *Political Man: the social bases of politics*. New York: Doubleday & Company. 1960.
- LUCE, Edward. *In Spite of the Gods: the rise of modern India*. New York: Anchor Book Ed. 2008.
- MADDISON, Angus. *Class Structure and Economic Growth: India & Pakistan since the Moghuls*. Routledge. 2006.
- MAHONEY, James e VILLEGAS, Celso M. Historical Enquiry and Comparative Politics. In: BOIX, Carles e STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York: Oxford University Press. 2007.
- MEHROTRA, Santosh. Reforming Elementary Education in India: a menu of options. In: *International Journal of Educational Development*, vol. 26, p. 261-277. 2006.
- METCALF, Barbara D. e METCALF, Thomas R. *História Concisa da Índia Moderna*. São Paulo: Edipro. 2013.
- MUKHERJEE, Aditya. *Da Globalização Colonial à Globalização Pós-Colonial: o não alinhamento e cooperação Sul-Sul*. In: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V.1, n.2, jul-dez, p.265-288. 2012.
- NAYYAR, Deepak. O Que Podemos Aprender com a Experiência Asiática de Desenvolvimento. In: *Celso Furtado, a Sudene e o Nordeste*. Seminário Internacional. Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado. Recife: Sudene. 2000.
- NOJIMA, Daniel. *Teoria do Desenvolvimento e Economia Regional: uma análise da experiência brasileira, 1995-2005*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, UFPR. 2008.
- NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press. 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal. 1977.

- PANAGARIYA, Arvind. *India: the emerging giant*. New York: Oxford University Press. 2008.
- PATNAIK, Prabhat. A Perspective on the Growth Process in India and China. In: *International Development Economics Associates*. 2009.
- _____. On the Need for Providing Employment Guarantee. In: *Economic & Political Weekly*, vol. 40, nº 3. 2005.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Paperback Ed. 2001.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico na América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge University Press. 1991.
- _____. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1995.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E.; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge University Press. 2000.
- RANIS, Gustav. Arthur Lewis' Contribution to Development Thinking and Policy. In: *Yale University Economic Growth Center Discussion, paper nº 891*. 2004.
- RAO, Srinivas CH; VENKATESWARLU, V.; SURENDER, T.; EDDLESTON, Michael; BUCKLEY, Nick A. Pesticide Poisoning in South India: opportunities for prevention and improved medical management. In: *Tropic Medicine & International Health*, vol. 6, p. 581-588. 2005.
- REZENDE, Flávio C. Razões Emergentes para a Validade dos Estudos de Caso na Ciência Política Comparada. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6, p. 297-337. 2011.
- RODRIK, Dani e SUBRAMANIAN, Arvind. *From Hindu Growth to Productivity Surge: the mystery of the Indian growth transition*. IMF Staff Papers 52.2. 2005.
- ROSTOW, Walt W. The Stages of Economic Growth. In: *The Economic History Review*, vol. 12, nº 1, p. 1-16. 1959.
- _____. *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press. 1960.

- SANTOS, Ulisses Pereira e OLIVEIRA, Francisco Horácio Pereira. Três Fases Cepalinas: uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano. In: *Análise*, vol. 19, nº 2, p. 4-17. 2008.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.
- SHARMA, Suresh. Childhood Mortality and Health in India. In: *Working Paper Series n° E/292/2008*, Institute of Economic Growth, University of New Delhi. 2008.
- SINGER, Paul. *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto. 1998.
- SJOBERG, Gideon. Rural-Urban Balance and Models of Economic Development. In: SMELSER, Neil J. e LIPSET, Seymour Martin. *Social Structure & Mobility in Economic Development*. New Jersey: Transaction Publishers. 2005.
- STIGLITZ, Joseph E. *The Price of Inequality: how today's divided society endangers our future*. New York: Norton. 2013.
- STIGLITZ, Joseph. E, SEN, Amartya e FITOUSSI, Jean-Paul. *Mismeasuring Our Lives: why GDP doesn't add up*. New York: The New Press. 2010.
- TEMPLE, Jonathan. Dual Economy Models: a primer for growth economists. In: *The Manchester School*, vol. 73, nº 4, p. 435-478. 2005.
- TEORELL, Jan; DAHLBERG, Stefan; HOLMBERG, Sören; ROTHSTEIN, Bo; HARTMANN, Felix; SVENSSON, Richard. *The Quality of Government Standard Dataset*, version Jan15. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute, <http://www.qog.pol.gu.se>. 2015.
- TODARO, Michael P. e SMITH, Stephen C. *Economic Development*, 11th ed. Addison-Wesley. 2011.
- TOMLINSON, B. R. The Political Economy of the Raj: the decline of colonialism. In: *The Journal of Economic History*, vol. 42, nº 1, p. 133-137. 1982.
- VOLLRATH, Dietrich. The Dual Economy in Long-Run Development. In: *Journal of Economic Growth*, vol. 14, nº 4, p. 287-312. 2009.
- WORLD BANK. *Secondary Education in India: investing in the future*. 2006.
- WORLD BANK DATA. Em: <http://data.worldbank.org/>.

Apêndice A

Codebook

Todas as variáveis utilizadas na seção empírica desse trabalho estão listadas na tabela abaixo, em ordem alfabética. Listamos todas as variáveis do banco – incluindo as que não fizeram parte deste estudo – com os códigos que estão representadas, sua interpretação substantiva e sua fonte original.

Embora aqui as variáveis só estejam sendo reportadas uma única vez, elas estão duplicadas no banco de dados. A distribuição foi feita dessa forma para facilitar a análise empírica, uma vez que foi usado o teste-t para amostras emparelhadas. Mostramos dois exemplos, que se aplicam para todas as variáveis:

ano = anos entre 1980 e 1990;

ano2 = anos entre 1991 e 2001;

income = renda per capita para os anos entre 1980 e 1990;

income2 = renda per capita para os anos entre 1991 e 2001.

Quadro 5 - Coodebook

Código	Interpretação	Fonte
ano	Ano de mensuração	-
income	GNI per capita, PPP	Banco Mundial
pib_ag	PIB per capita	Banco Mundial
tx_cresc	Taxa de Crescimento Econômico	Banco Mundial
energ._p	Energia per capita consumida	Banco Mundial
pib_argroc_wb	Parcela da Agricultura no PIB	Banco Mundial
pib_agric_gov	Parcela da Agricultura no PIB	Governo da Índia
pib_indús_wb	Parcela da Indústria no PIB	Banco Mundial
pib_indús_gov	Parcela da Indústria no PIB	Governo da Índia
pib_servi_wb	Parcela dos Serviços no PIB	Banco Mundial
pib_servi_gov	Parcela dos Serviços no PIB	Governo da Índia
gini_series1	Coefficiente de Gini por gasto per capita, série 1	Atkinson e Morelli
gini_series2	Coefficiente de Gini por gasto per capita, série 2	Atkinson e Morelli

gini_workers	Coefficiente de Gini por ganhos individuais de trabalhadores regulares	Atkinson e Morelli
income_1percent	Parcela dos 1% mais ricos na renda bruta	Atkinson e Morelli
income_01percent	Parcela dos 0,1% mais ricos na renda bruta	Atkinson e Morelli
pobrez_chart	Percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza nacional	Atkinson e Morelli
pobrez_wb	Percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza nacional	Banco Mundial
trab_agr	% da força de trabalho empregada na Agricultura	Banco Mundial
trab_indús	% da força de trabalho empregada na Indústria	Banco Mundial
trab_servi	% da força de trabalho empregada nos Serviços	Banco Mundial
empty_1sec_urb	Situação de emprego para 1º setor (urbano)	Governo da Índia
empty_2sec_urb	Situação de emprego para 2º setor (urbano)	Governo da Índia
empty_3sec_urb	Situação de emprego para 3º setor (urbano)	Governo da Índia
empty_1sec_ru	Situação de emprego para 1º setor (rural)	Governo da Índia
empty_2sec_ru	Situação de emprego para 2º setor (rural)	Governo da Índia
empty_3sec_ru	Situação de emprego para 3º setor (rural)	Governo da Índia
perc_alfab	Percentual da Alfabetização	Governo da Índia
matr_primá	Matrículas na Educação Primária	Governo da Índia
matr_secun	Matrículas na Educação Secundária	Governo da Índia
matr_terci	Matrículas na Educação Terciária	Governo da Índia
saúde_pib	% do PIB gasto em saúde	Banco Mundial
expe_vida	Expectativa de Vida ao Nascer	Banco Mundial
tx_mort	Mortalidade Infantil (menos de 5 anos)	Banco Mundial
leito_per	Leitos per capita	Banco Mundial

Fonte: elaboração do autor.

Apêndice B

Tabelas completas dos testes t para amostras emparelhadas.

Tabela 7 - Teste t de Amostras Emparelhadas, PIB per capita

	Diferença	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
PIB per capita (t2-t1)	153,53	29,94	9,47	-174,95	-132,10	-16,21	9	0,000

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Tabela 8 - Teste t de Amostras Emparelhadas, economia

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Taxa de Crescimento (t2-t1)	0,14	2,54	0,76	-1,56	1,85	0,19	10	0,852
Consumo per capita de energia (t2-t1)	159,75	16,09	4,85	-170,56	-148,94	-32,92	10	0,000

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Tabela 9 - Teste t de Amostra Emparelhada, PIB por setor

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Agricultura (t2-t1)	-5,047	1,0362	0,3124	4,350	5,743	16,154	10	,000
Indústria (t2-t1)	0,346	0,9419	0,2840	-0,979	0,286	-1,220	10	,250
Serviços (t2-t1)	4,700	1,4630	0,4411	-5,683	-3,717	-10,656	10	,000

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Tabela 10 - Teste t de Amostra Emparelhada, emprego na agricultura

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Emprego na agricultura (t2-t1)	37.947,8	1.666,25	502,39	-39,06	-36,82	-75,53	10	0,000

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

Tabela 11 - Teste t de Amostra Emparelhada, desigualdade de renda

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Top 1% (t2-t1)	1,84	1,15	0,38	-2,73	-0,95	-4,79	8	0,001
Top 0,1% (t2-t1)	1,05	0,42	0,16	-1,42	-0,67	-6,44	8	0,000

Fonte: elaboração do autor, com dados de Atiknson e Morelli (2014).

Tabela 12 - Teste t de Amostra Emparelhada, educação

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Primário (t2-t1)	7,36	2,76	0,83	-9,22	-5,50	-8,83	10	0,000
Secundário (t2-t1)	10,46	2,52	1,02	-13,11	-7,81	-10,16	5	0,000
Terciário (t2-t1)	0,60	3,13	1,18	-3,50	2,29	-0,51	6	0,628

Fonte: elaboração do autor, com dados do Governo da Índia (2015).

Tabela 13 - Teste t de Amostra Emparelhada, saúde

	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	Intervalo de Confiança da Diferença (95%)		t	gl	Sig.
Expectativa de vida (t2-t1)	3,57	0,24	0,07	-3,73	-3,40	-48,04	10	0,000
Mortalidade Infantil (t2-t1)	-40,40	2,31	0,69	38,84	41,95	57,95	10	0,000

Fonte: elaboração do autor, com dados do Banco Mundial (2015).

Apêndice C

Correlação de Pearson (r): associação entre dados com fontes diversas

Para variável “parcela do PIB, por setores”, que apresentamos no capítulo empírico, conseguimos duas fontes diferentes de dados: o Banco Mundial e o Governo da Índia. Utilizamos os dados do Banco Mundial durante a análise apenas para padronizar o estudo, uma vez que boa parte dos indicadores utilizados para o teste t tiveram tal organização como fonte. No entanto, para mostrar que não há nenhuma perda de informação, viés ou manipulação, apresentamos a correlação entre as duas fontes. A correlação indica a associação entre duas variáveis. Isso implica dizer que quanto maior for a correlação entre elas, maior é a chance de que elas estejam mensurando a mesma coisa.

A correlação de Pearson varia entre -1 e 1. O sinal indica apenas o sentido da correlação. Quando o valor é 0, significa que não há correlação alguma entre as variáveis postas em teste. O que é preciso compreender é que quanto mais próximo de 1, maior é o grau de dependência linear entre elas (AGRESTI E FINLAY, 2012).

Começamos, portanto, com a correlação entre os dados da parcela da agricultura no PIB indiano (tabela 14).

Tabela 14 - Correlação para Parcela do PIB da Agricultura

		AgrBM	AgrGOV
AgrBM	Correlação de Pearson	1	,982**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	22	22
AgrGOV	Correlação de Pearson	,982**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	22	22

** A correlação é significativa no nível de 0,01 (2 extremidades)

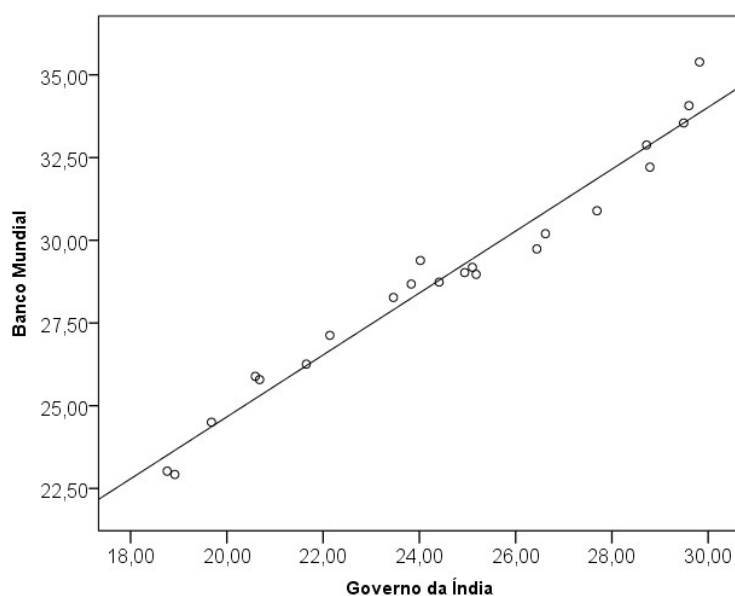
Fonte: elaboração do autor.

O coeficiente de correlação da parcela da agricultura no PIB foi de 0,982. Bastante próximo de 1, o que indica uma alta correlação entre as variáveis. Dessa forma, podemos afirmar que as duas fontes – Banco Mundial e Governo da Índia – apresentam

basicamente os mesmos valores. Esse resultado é estatisticamente significativo para o nível de 0,01.

A figura 30 mostra a representação gráfica da correlação entre os dados da agricultura do Banco Mundial e do Governo da Índia. A figura de *scatterplot*, como lembra Boslaugh (2012), é uma ferramenta visual importante para verificarmos a associação entre um par de variáveis.

Figura 30 - Correlação para Parcela do PIB da Agricultura



Fonte: elaboração do autor.

A correlação é representada graficamente por uma reta. Para que se possa considerar uma um alto grau, é preciso que os indicadores estejam o mais próximo possível da reta.

Tabela 15 - Correlação para Parcela do PIB da Indústria

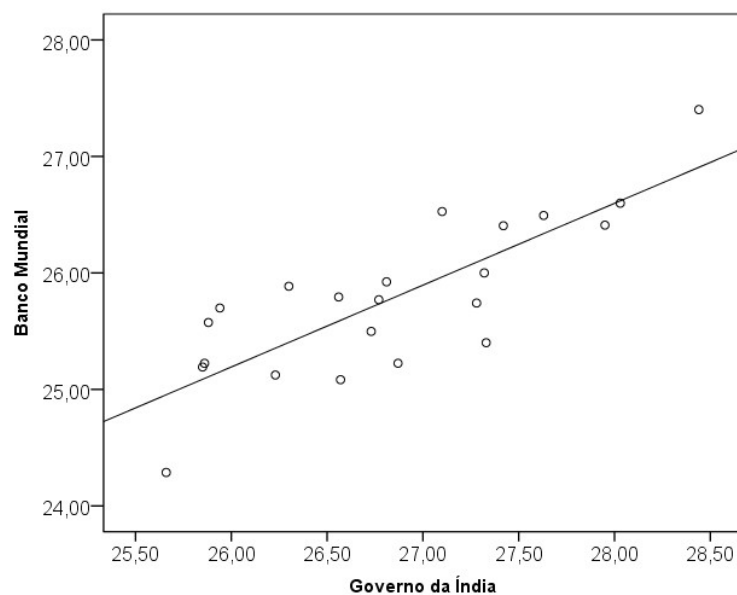
		IndBM	IndGOV
IndBM	Correlação de Pearson	1	,810**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	22	22
IndGOV	Correlação de Pearson	,810**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	22	22

** A correlação é significativa no nível de 0,01 (2 extremidades)

Fonte: elaboração do autor.

Para a parcela do PIB correspondente à indústria (tabela 15), a correlação é um pouco menor, mas segue forte, com um coeficiente de 0,810. Ainda assim, os dados continuam estatisticamente significativos, com p-valor de 0,000.

Figura 31 - Correlação para Parcela do PIB da Indústria



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico representado na figura 31 corrobora os dados de que a correlação entre os índices referentes à indústria é o menor entre os três setores. É possível perceber que dentre as figuras apresentadas neste apêndice, esta é a que apresenta os casos mais distantes da reta de correlação.

Tabela 16 - Correlação para Parcela do PIB de Serviços

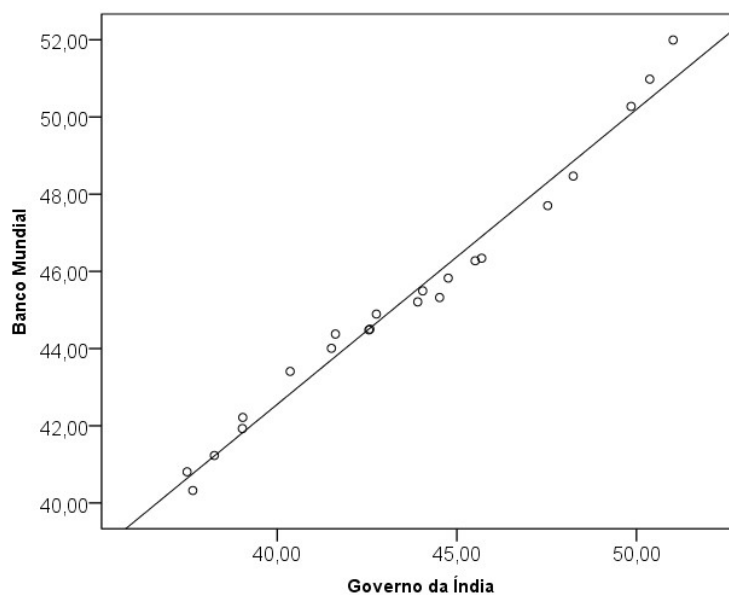
		SerBM	SerGOV
SerBM	Correlação de Pearson	1	,990**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	22	22
SerGOV	Correlação de Pearson	,990**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	22	22

** A correlação é significativa no nível de 0,01 (2 extremidades)

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, para a parcela do PIB representada pelos serviços (tabela 16), a correlação foi a maior. Para este caso, o coeficiente chegou a 0,990. Mais uma vez a análise é significativa, com um p-valor de 0,000.

Figura 32 - Correlação para Parcela do PIB de Serviços



Fonte: elaboração do autor.

Como era de se esperar, levando em conta os dados da tabela 16, dentre os gráficos apresentados, aquele que apresenta os índices mais próximos à linha no *scatterplot* é o representado na figura 32.

Uma vez que temos as correlações avaliadas, é possível concluir que os índices do Banco Mundial e do Governo da Índia são muito próximos. Assim, qualquer escolha tomada na hora de selecionar qual fonte utilizar durante os testes t não prejudicaria o resultado da análise.